

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

LUIS JULIÁN LOYOLA QUINTANA



A COMPANHIA DE JESUS E SUAS AÇÕES MISSIONÁRIAS E TEMPORAIS: O CASO  
DO ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XVI  
Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 22/06/2017.

Vitória-ES  
2017

LUIS JULIÁN LOYOLA QUINTANA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 22/06/2017.



A COMPANHIA DE JESUS E SUAS AÇÕES MISSIONÁRIAS E TEMPORAIS: O CASO  
DO ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XVI

Faculdade Unida de Vitória

Trabalho Final de Mestrado Profissional para  
obtenção do grau de Mestre em Ciências das  
Religiões.

Faculdade Unida de Vitória.

Programa de Pós-Graduação.

Linha de Pesquisa: Religião e Esfera Pública

Orientador: Dr. Ronaldo Cavalcante

Vitória-ES

2017

Quintana, Luiz Julian Loyola

A Companhia de Jesus e suas ações missionárias e temporais / O caso do Espírito Santo no século XVI / Luiz Julian Loyola Quintana . -Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017.

vi, f. ; 31 cm.

Orientador: Ronaldo de Paula Cavalcante

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017.

Referências bibliográficas: f. 128-136

1. Ciência da religião. 2. Religião e esfera pública. 3. Inácio de Loyola. 4. Companhia de Jesus. 5. Jesuítas no Espírito Santo. 6. Ação Missionária e Temporal. - Tese. I. Luiz Julian Loyola Quintana . II. Faculdade Unida de Vitória, 2017. III. Título.

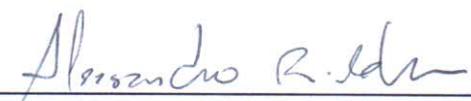
LUIS JULIAN LOYOLA QUINTANA

A COMPANHIA DE JESUS E SUAS AÇÕES MISSIONÁRIAS E TEMPORAIS: O  
CASO DO ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XVI

Dissertação para obtenção do grau  
de Mestre em Ciências das  
Religiões no Programa de Mestrado  
Profissional em Ciências das  
Religiões da Faculdade Unida de  
Vitória.

  
Doutor Ronaldo de Paula Cavalcante – UNIDA (presidente)

  
Doutor Julio César de Paula Brotto – UNIDA

  
Doutor Alessandro Rodrigues Rocha – UNIGRANRIO

## RESUMO

Este trabalho objetiva fazer uma investigação de como ocorreu a atuação Inaciana na capitania do Espírito Santo durante o século XVI. Nessa investigação, foi feita uma análise por meio da qual se buscou elucidar se a ação desses religiosos estava concebida apenas em questões missionárias, religiosas e no trato com o sagrado e divino, ou se houve, também, condutas temporais em suas relações com os índios e colonos. Para tanto, foi utilizado um levantamento documental de fontes primárias e secundárias, e através de seus estudos, averiguou-se de forma mais aprofundada, crítica e transversal como ocorriam essas relações. Dando destaque ao trabalho de Eisenberg e evidenciando a importância das Constituições e dos Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola, foi feita a correlação entre a pluralidade da ação jesuítica no Espírito Santo e sua capacidade de adaptação que era permitida pela Companhia de Jesus, desde que não ferisse as prerrogativas dos dogmas católicos. Realizou-se um levantamento das ações Inacianas no Espírito Santo e por meio dele concluiu-se a relação e dependência das duas formas de proceder da Companhia de Jesus: a missionária e a temporal.

**Palavras-chave:** Companhia de Jesus – Jesuítas – Espírito Santo – Loyola – Ação Missionária e Temporal.



## ABSTRACT

This work aims to investigate how Ignatian action occurred in the captaincy of the Holy Spirit during the 16th century. In this investigation, an analysis was made in which it was tried to elucidate if the action of these religious was conceived only in missionary, religious and in the treatment with the sacred and divine, or if there were, also, temporal conducts in its relations with the Indians And settlers. For this purpose, a bibliographic survey of primary and secondary sources was used, and through their studies, a more detailed, critical and transversal investigation was made as these relations occurred. In highlighting the work of Eisenberg and highlighting the importance of the Constitutions and Spiritual Exercises of Loyola, a correlation was made between the plurality of Jesuit action in the Holy Spirit and his capacity for adaptation that was permitted by the Society of Jesus, provided it did not Prerogatives of Catholic dogmas. A survey of the Ignatian actions in Espírito Santo was carried out and through it the relationship and dependence of the two ways of proceeding of the Society of Jesus were concluded: the missionary and the temporal.

**Keywords:** Company of Jesus - Jesuits - Holy Spirit - Loyola - Missionary and Temporal Action.



## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| INTRODUÇÃO.....  | 7  |
| 1 FUNDAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS E SUAS ATRIBUIÇÕES NO NOVO MUNDO.....                                     | 11 |
| 1.1 A forma de proceder da companhia.....  | 12 |
| 1.2 O Espírito Santo no século XVI.....  | 17 |
| 1.3 Jesuítas no Espírito Santo: Uma breve abordagem sobre a chegada da companhia.....                      | 23 |
| 2 ATUAÇÕES INACIANAS NA CAPITANIA ESPÍRITO-SANTENSE.....   | 29 |
| 2.1 Estabelecimento dos jesuítas e a chegada das Constituições.....  | 29 |
| 2.2 Missão Civilizadora: A nova abordagem de catequese jesuítica e suas implicações no Espírito Santo..... | 34 |
| 2.3 As aldeias jesuíticas no Espírito Santo.....   | 41 |
| 3 ATUAÇÃO JESUÍTICA: MUITO ALÉM DA CATEQUESE.....  | 46 |
| 3.1 Adaptabilidade Jesuítica: Outras ações na capitania.....   | 47 |
| 3.2 A aldeia jesuítica como reduto temporal.....   | 52 |
| 3.3 Artes e catequese: José de Anchieta no Espírito Santo.....   | 55 |
| CONCLUSÃO.....   | 61 |
| REFERÊNCIAS.....   | 64 |

## INTRODUÇÃO

Quando buscamos trabalhos acadêmicos sobre a atuação Inaciana no Espírito Santo nos deparamos com uma grande escassez, fato esse contraposto com outras regiões do Brasil como a Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão, Pará, São Paulo e Pernambuco. Parece que a quarta capitania do Brasil foi deixada à margem das principais análises sobre a ação da Companhia de Jesus, sendo a única exceção ao clássico “História da Companhia de Jesus no Brasil”, do padre Serafim Leite.<sup>1</sup>

Com a criação da UFES, Universidade Federal do Espírito Santo, que se federalizou em 1961, despertou-se o interesse de estudiosos a algumas temáticas relativas ao Espírito Santo, dentre elas sobre a laboração inaciana. Nesse período, a dissertação de mestrado em História da Arte de José Antônio Carvalho, 1982, O Colégio e as Residências Jesuíticas no Espírito Santo, abriu caminho para estudos mais aprofundados sobre os jesuítas no estado, o que promoveu um maior entendimento sobre a ordem religiosa inaciana, através do exame das cartas e das obras arquitetônicas jesuíticas localizadas no Espírito Santo.<sup>2</sup>

Mas essa produção acadêmica era ainda reduzida, o que causa certa estranheza, uma vez que essa foi a primeira ordem religiosa que atuou efetivamente no Brasil, e, por conseguinte no Espírito Santo. Assim, estiveram à frente dos Carmelitas, 1580, dos Beneditinos, 1581, dos Franciscanos, 1585, dos Capuchinos, 1612, e dos Oratorianos em 1660.<sup>3</sup> Por serem os pioneiros, atuaram de forma plural no contexto do Brasil, não estando ligados apenas ao processo de catequização e educação. Haveria, portanto, muitas possibilidades de estudos sobre essa temática.

Uma dessas linhas de pesquisa é a percepção de como as operações inacianas vão ao encontro da esfera pública, atingindo vários pontos da sociedade além do religioso, sendo plurais, quer seja na influência com as autoridades coloniais, com seus escritos, considerados os fundadores da literatura quinhentista, em suas análises perante o índio, atuações em botânica, medicina, fundação de Santas Casas, funções temporais dentro das aldeias, organização dos gentios para defesa do território, construções de fortes, dentre outros.

Assim, parece-nos impossível pensar sobre religião e sua relação com a esfera pública sem analisarmos a ação da ordem inaciana. Tratando do Espírito Santo, percebemos

---

<sup>1</sup> CUNHA, Maria José dos Santos. *Os jesuítas no Espírito Santo 1549 – 1759: contactos, confrontos e encontros*. 2014. 331 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Évora, Évora, 2014. p. 06.

<sup>2</sup> CUNHA, 2014, p. 18.

<sup>3</sup> CUNHA, 2014, p. 72.

que suas atuações ainda são sentidas na sociedade capixaba, quando observamos a sede do governo do estado ser uma antiga construção jesuítica, ou quando constatamos no Convento da Penha, considerado um dos marcos arquitetônicos espírito-santense, a execução indireta da atividade jesuítica através do uso da mão de obra indígena doutrinada pelos inacianos para sua construção. Observamos, também, a formação de ONGS, como no caso da ABAPA, Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta, que organiza um percurso anual de 100 km entre Vitória e Anchieta com objetivos de contemplação religiosa, utilizando o caminho que um dos mais singulares inacianos, José de Anchieta, percorria regularmente na condição de provincial da capitania.<sup>4</sup>

Colocadas essas considerações em torno dos motivos para escolha dessa temática que, ao nosso ver, justificam e conferem pertinência teórica a pesquisa, é mister dizer que o atual chefe da Igreja Católica, o Papa Francisco, foi sacerdote da Companhia de Jesus, sendo o primeiro Papa latino-americano.<sup>5</sup> Parece-nos simbólico que o primeiro Papa jesuíta tenha sua origem na América Latina, local onde a atuação inaciana foi tão efusiva abarcando uma ação plural em todas as esferas da sociedade que aqui estava em processo de formação no período estudado.

Obviamente, que a chegada do Papa Francisco a Santa Sé trouxe algumas dúvidas e curiosidades quanto à criação dessa ordem e sua ação na América Latina, mas ao tratar dos jesuítas no Espírito Santo, procurou-se não tanto fazer uma abordagem sequencial cronológica dos fatos ocorridos na quarta capitania, como já foi observado nas obras de Daemon, *Província do Espírito Santo – sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística - 1879*, Freire, *A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822) - 1945*, e Oliveira, *História do Estado do Espírito Santo - 1950*.

É pertinente se observar a atuação inaciana na capitania analisando como essa atividade estava de fato correlacionada com as políticas religiosas da época, como adotavam as práticas de contemplação e análise conseguidas com os Exercícios Espirituais<sup>6</sup> de Inácio de

<sup>4</sup> ABAPA. Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta. Disponível em: <<http://www.abapa.org.br/interna.php?pg=ospassos>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

<sup>5</sup> BIOGRAFIA do Papa Francisco. Disponível em: <<http://www.a12.com/santopadre/institucional/detalhes/biografia-do-papa-francisco>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

<sup>6</sup> Trata-se de uma metodologia de desenvolvimento espiritual proposta por Inácio de Loyola, fundador da ordem da Companhia de Jesus. Sua primeira redação, pelo próprio Loyola, se deu no ano de 1522, refletindo sua experiência espiritual. Mais tarde, foi enriquecida com sua experiência apostólica e sua formação intelectual. Nessa perspectiva, tinha a função de desenvolver condições humanas e espirituais para que o exercitante pudesse tomar decisões importantes em sua vida, atreladas aos preceitos cristãos católicos. Importante salientar que os Exercícios Espirituais serviram de base de atuação enquanto as Constituições e Normas Complementares Jesuíticas ainda não estavam prontas.

Loyola, como respeitavam suas Constituições<sup>7</sup>, e como essas leis eram interpretadas com inicianos localizados de forma tão distante do centro europeu.

Além disso, este trabalho atentou-se às adaptações inicianas na capitania, pois a partir delas os jesuítas tiveram possibilidades dentro da ordem de atuarem em várias questões e abordagens de contexto social, econômico, cultural e político, sendo que suas ações acabaram por se estender por vários caminhos colocando a ordem jesuítica no Espírito Santo com uma ação plural, muito além da catequese ou de assuntos ligados à educação.

Nessa perspectiva, utilizando-se da pesquisa documental<sup>8</sup> de fontes primárias como as cartas jesuíticas, as Constituições, os Exercícios Espirituais, bulas e a autobiografia de Loyola, bem como fontes secundárias como artigos, livros, publicações e periódicos, procurou-se produzir um estudo transversal no qual a pesquisa tenta responder como se deu a ação missionária na capitania espírito-santense no século XVI, dando ênfase na elucidação da questão central das ações inicianas, missionárias ou temporais. Houve uma combinação das duas ações?

Buscando responder a esses questionamentos, e julgando que a elaboração de uma dissertação de mestrado exige percepções de diferentes autores, pesquisadores, estudiosos e uma análise mais crítica das fontes primárias e secundárias, foi necessária a divisão do trabalho em três partes.

No primeiro capítulo tratou-se da fundação da Companhia de Jesus, o contexto histórico que se encontrava e suas principais características. Como o recorte do trabalho é a atuação iniciano no Espírito Santo do século XVI, foi feita uma análise da capitania desse período utilizando os trabalhos historiográficos dos principais autores como Freire, Oliveira, Daemon e, mais recentemente, os trabalhos de Saletto e Carvalho. Observou-se também, como se deu a chegada dos jesuítas na capitania, examinado, ainda de forma superficial, alguns aspectos de suas primeiras realizações, como a confissão de índios e colonos, a realização de missas, casamentos e a construção dos primeiros alicerces da sede iniciano em Vitória.

No segundo capítulo as ações inicianas no Espírito Santo foram trabalhadas de forma mais crítica e pormenorizada, utilizando como base o trabalho de Eisenberg, *As missões*

<sup>7</sup> As Constituições Jesuíticas e Normas Complementares resumem os propósitos, métodos de atuação e determina regras para o ingresso e permanência na Companhia de Jesus. As normas têm a característica de unir os aspectos administrativo-estruturais de uma Ordem Religiosa com uma perspectiva definidora de uma forma de subjetividade até então desconhecida - ao definir métodos, regras e propósitos da espiritualidade de cada membro da Ordem em suas funções específicas. Além disso, a rigidez e clareza das normas possibilitaram aos jesuítas uma grande coesão interna, devido ao perfil razoavelmente idêntico de seus membros e também, rapidamente, uma extraordinária expansão da Ordem.

<sup>8</sup> Utilizamos a técnica de pesquisa documental em razão da riqueza histórica das obras utilizadas.

*jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais e aventuras teóricas*, para jogar luz sobre as mudanças na forma de proceder inaciana. A princípio utilizando da oratória e sermões no processo de conversão, mas logo em seguida mudando essa postura com o uso da força, através da chamada missão civilizadora.

Para se entender essa nova forma de catequizar confrontou-se as bulas da época com as Constituições e Normas Complementares jesuíticas, percebendo assim novas interpretações frente à maneira de provocar a conversão entre os gentios. Grosso modo, constata-se uma dilatação das descidas indígenas no Espírito Santo e o consequente aumento do número de habitantes das aldeias atreladas à tutela inaciana. Assim, é possível destacar as quatro principais aldeias jesuíticas do período, abordando algumas de suas características e particularidades.

No terceiro e último capítulo problematizou-se as outras ações inacianas que iam muito além do processo de catequização e educação da capitania. Para isso foram utilizadas as Constituições Jesuíticas e os Exercícios Espirituais de Loyola para contrapor com suas atuações. Utilizando vários exemplos da capitania, focou-se em outros pontos que a ordem estendia suas ramificações de influência e poder, além de perceber nas aldeias jesuíticas redutos políticos e administrativos, sendo sua dinâmica a todo o momento ligada à questões de peso temporal.

Fez-se necessário relacionar toda essa dinâmica com as liberdades que as constituições davam para que os inacianos pudessem inovar. Para isso foi observado como as Constituições e os Exercícios Espirituais permitiam essas conveniências. Percebe-se nesses dois livros as bases teóricas metodológicas para os inacianos conseguirem dar prosseguimento às ações, mesmo em situações adversas, singulares e que fugiam as regras até então concebidas pela ordem religiosa.

Por fim, concluiu-se o trabalho analisando a atividade de José de Anchieta, uma vez que esse foi considerado um dos jesuítas mais importantes do Brasil e tinha forte relação com a capitania do Espírito Santo. Assim, Anchieta foi utilizado para exemplificar não só as ações inacianas na capitania, mas também para demonstrar como há uma forte presença dos jesuítas na vida cotidiana capixaba, seja nas construções, na organização de trilhas, na sede do governo estadual, e também no imaginário, nos escritos e na religiosidade.

## 1 FUNDAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS E SUAS ATRIBUIÇÕES NO NOVO MUNDO

Inácio de Loyola viveu em um período de grandes transformações na Europa, época em que o humanismo se destacava e grandes pensadores, como Erasmo, Maquiavel, Copérnico e Thomas More surgiram para influenciar o modo de pensar no Velho Continente. Novas descobertas marítimas provocavam repercussões em todas as esferas da sociedade, além das mudanças na religiosidade fomentada pela Reforma Protestante e mais tarde pela Contrarreforma.<sup>9</sup>

Nesse contexto de mudanças profundas no seio social e intelectual europeu, surge a figura de Loyola, cavaleiro pertencente a uma família tradicional espanhola, que foi ferido defendendo Castilha contra os franceses e levado para o castelo de sua família. Lá esteve em processo de recuperação e entrou em contato com um material bibliográfico que até então nunca havia versado. O soldado, acostumado a ler sobre cavalaria, encontrava-se no leito de uma cama sendo introduzido, por conta própria, às obras *Vita Christi* de Ludolfo da Saxônia e *Flos Sanctorum* de Jacobus de Voragine.<sup>10</sup> A leitura dessas obras lhe proporcionou um maior conhecimento da vida de Jesus e dos santos, fazendo com que Inácio quisesse seguir os passos deles. “S. Domingos fez isso; pois eu hei de fazê-lo. S. Francisco fez isto; pois eu hei de fazê-lo!”<sup>11</sup>

Tem início a saga de Loyola. Ele passou por Montserrat onde confessou sua decisão vocacional; iniciou em Manresa os Exercícios Espirituais, obra de devoção religiosa; fez peregrinação a Jerusalém, onde não foi possível continuar servindo a Igreja como era a intenção inicial; estudou latim em Barcelona e depois continuou os estudos na Universidade de Alcalá, Salamanca até chegar a Paris.<sup>12</sup> Loyola se notabilizava por dar grande ênfase aos estudos, juntamente com seu grupo precursor de irmãos.

O estudo e o ensino serão a partir daí seu *leitmotiv*, mais que a ascese e as macerações. O cavaleiro se tornara ermitão. O ermitão, peregrino. O peregrino não terá descanso enquanto não se tornar doutor. E o doutor enviará seus discípulos para informar o mundo e se informar sobre o mundo.<sup>13</sup>

<sup>9</sup> LACOUTURE, Jean. *Os Jesuítas: Os Conquistadores*. Porto Alegre: L&PM, 1994. p. 11.

<sup>10</sup> EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 28.

<sup>11</sup> LOYOLA, Inácio de. *O relato do peregrino: autobiografia*. São Paulo: Edições Loyola, 2006. p. 23.

<sup>12</sup> EISENBERG, 2000, p. 30.

<sup>13</sup> LACOUTURE, 1994, p. 37.

Sua vida muda radicalmente. Passou de cavaleiro de uma família tradicional espanhola a uma das lideranças religiosas mais expressivas do século XVI. Isso não no sentido da ideia concebida pela historiografia tradicional, em que os jesuítas são vistos apenas como soldados de Cristo e do Papa à disposição de uma Contrarreforma, cuja principal missão era expandir o catolicismo pelo mundo e fortalecer a doutrina católica cristã.<sup>14</sup> Mas, perceber que a Sociedade de Jesus, concebida por Loyola e seu núcleo de irmãos, estava disposta a fazer uma reforma dentro da própria Igreja. A diferença é que eles não romperam com o Papa, pelo contrário, foram seus principais aliados, criando, porém, uma forma de atuar única conhecida entre os jesuítas como “nosso modo de proceder”<sup>15</sup>.

### 1.1. A forma de proceder da Companhia

Mas qual era esse jeito único de proceder? Por que podemos afirmar que os jesuítas possuíam características tão distintas? O que de imediato chama atenção é a preocupação com os estudos, como apontado anteriormente. Os homens que se uniram a Loyola e o próprio seriam o que chamamos hoje de intelectuais. Seus mestres eram discípulos de Erasmo, receberam em Paris uma educação filosófica e literária, reconhecendo a importância dos estudos literários e científicos.<sup>16</sup> Essa influência renascentista e humanista em sua formação e a importância que os jesuítas deram a questão intelectual repercutiu na forma de organização da Companhia de Jesus na fundação, por exemplo, de colégios dentro e fora da Europa onde atuaram como mestres de nativos e europeus.

Um segundo plano foi a dispersão. Antes mesmo da Sociedade de Jesus ser criada, Francisco Xavier já estava atuando no oriente a convite do rei de Portugal D. João III. Nesse sentido, foi quase que instantânea a fundação da ordem com a saída dos irmãos para ganhar o mundo

Ainda os Jesuítas eram um punhado apenas, e já, Loyola destacava Xavier para as Índias, Rodrigues para Portugal, Fabro para a Alemanha, Brouet para a França, Lejay para Nápoles; e poucos anos depois Camara para Marrocos, Barreto para a Etiópia e Nóbrega para o Brasil.<sup>17</sup>

<sup>14</sup> LACOUTURE, 1994, p. 50.

<sup>15</sup> EISENBERG, 2000, p. 27.

<sup>16</sup> LACOUTURE, 1994, p. 51.

<sup>17</sup> CABRAL, P. Luiz Gonzaga S. J. *Jesuítas no Brasil – Século XVI*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1925. p. 80.

Os jesuítas não se assemelhavam com outras organizações como a dos franciscanos e dominicanos, baseados no monastério. O enclausuramento não era necessário, uma vez que os Exercícios Espirituais permitiam aos padres, em ambiente privado, manter as concepções religiosas que caracterizavam a ordem, possibilitando certas liberdades em suas ações, como veremos mais adiante no terceiro capítulo. Os loyolistas não iriam esperar, portanto, que o mundo chegasse até eles, mas iriam ao encontro do mundo.<sup>18</sup>

Outro ponto relevante no tocante à organização jesuítica era o voto de pobreza, não que fosse uma inovação, pois essa era uma característica comum e natural a outras ordens. Mas, a maneira como esse voto de pobreza era vivenciado provocou diversas críticas por parte dos colonos enfurecidos com a quantidade de bens e escravos envolvidos na administração dos inacianos. No período da expulsão dos padres da capitania do Espírito Santo, por exemplo, essa riqueza ficou bem visível na propriedade de Araçatiba que possuía várias relíquias religiosas, joias, construções, imensas terras, ferramentas, gado e aproximadamente 852 trabalhadores, incluindo escravos e livres.<sup>19</sup>

Essa questão das riquezas encontradas na administração dos jesuítas revela um dado muito discutido em relação à atuação da ordem: sua participação em assuntos considerados não religiosos, temporal. Nesse sentido, a organização dos aldeamentos sob a ordem direta dos padres sempre esteve envolto no contraditório, uma vez que a ordem proibia expressamente qualquer tipo de envolvimento em assuntos que não fossem o religioso, porém dentro de um aldeamento controlado diretamente pelos jesuítas era complexo anular esse envolvimento.<sup>20</sup>

Para resolver a situação tentaram criar a figura do meirinho, índio da confiança dos padres que ficaria a cargo dessa tarefa no aldeamento.<sup>21</sup> Mas, tamanha era a desconfiança por parte do comando dos jesuítas na Europa, que, posteriormente, foi enviado um visitador com grandes poderes para intervir nessas aldeias e analisar a situação das missões *in-loco*.

A atuação em assuntos temporais na administração das aldeias é apenas um ponto a ser discutido mais a frente, já que os inacianos estiveram atrelados em participação de guerras

<sup>18</sup> CONDE, Bruno Santos. *Depois dos Jesuítas: a economia colonial do Espírito Santo (1750-1800)*. 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo. 2009.

p. 62.

<sup>19</sup> DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo – sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Typ. Do Espírito Santense, 1879. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 6 jun. 2016. p. 238-239.

<sup>20</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v. 1. p. 109.

<sup>21</sup> CARVALHO, José Antônio. *O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982. p. 16.

para defesa de territórios, eram possuidores de grande influência junto a reis, papas e autoridades metropolitanas, servindo de conselheiros e influenciando na política adotada pelos mesmos, ajudando na elaboração de leis, atuando como mediadores e pacificadores de conflitos entre autoridades e população, enfim

[...] se fizeram arroteadores e engenheiros de estradas; constructores, architectos e decoradores; aldeantes e guias dos novos municípios; introductores e mestres de todas artes e officios; reveladores da fauna e flora brasílicas e das suas riquezas mineraes; exploradores da sua geografia, ethnographia e linguística; propagandista perante a Europa das belezas e excellencias do Brasil, e reciprocamente introductores na sua nova Pátria de tudo o que de além-oceano podia trazer aos amantes *brasis* todos os elementos do *progresso*.<sup>22</sup>

Para conseguir fazer funcionar uma ordem com tantas particularidades foi necessário criar mecanismos que promoveriam o bom andamento da companhia. Alguns fatores dinamizaram seu funcionamento, mesmo estando os seus membros espalhados em várias regiões do globo. Assim, podemos destacar a obediência<sup>23</sup>, a obrigatoriedade de se escrever cartas<sup>24</sup> e a capacidade de adaptação frente às realidades encontradas nos vastos locais de sua atuação missionária.<sup>25</sup>

A obediência é característica comum a várias ordens. No seio da obediência jesuítica, porém, há uma diferença, ela não pode ser simplesmente atendida, deve ser discutida e entendida para só depois ser executada. A autoridade jesuítica deveria explicar o motivo de sua ordem. Os jesuítas ao receberem essa ordem deveriam ler, compreender e aceitar, não por obrigação de aceitá-la, mas por terem entendido sua necessidade. Devido a isso o cumprimento dessa ordem se dava de bom grado, como se fosse sua própria vontade. Era, portanto, um exercício de reconstrução da ordem dada, em que se deveria aceitar como se fosse sua própria deliberação, algo totalmente distinto da aceitação passiva de outras ordens religiosas.<sup>26</sup>

Esse exercício de reconstrução das ordens que chegavam da Europa, ou de autoridades jesuíticas dentro das colônias europeias, certamente contribuiu para evitar casos de frustração, pois o trabalho que estava sendo desenvolvido poderia sofrer mudanças drásticas, ou simplesmente ser encerrado, quando fosse o caso de irmãos serem deslocados

<sup>22</sup> CABRAL, 1925, p. 194.

<sup>23</sup> EISENBERG, 2000, p. 37.

<sup>24</sup> HUE, Sheila Moura (org.). *Primeiras cartas do Brasil (1551-1555)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006. p. 14.

<sup>25</sup> EISENBERG, 2000, p. 45.

<sup>26</sup> EISENBERG, 2000, p. 38.

para outras regiões em função da Companhia entender que ali não se fazia mais necessária sua atuação.

Outro ponto relevante sobre a relativa harmonia do funcionamento da ordem, mesmo em condições tão adversas, era a obrigatoriedade de se escrever cartas. Nesse sentido, segundo Sheila Moura, “[...] a correspondência epistolar era a coluna vertebral do corpo inaciano.”<sup>27</sup> Sem o hábito e a obrigatoriedade de se escrever era impossível saber sobre como se desenvolvia o projeto missionário, quais as conquistas, as dificuldades, os fracassos, as necessidades da ordem e o que deveria ser mudado ou continuado.

Por meio dessas cartas a Companhia de Jesus criou mecanismos de governança frente aos jesuítas espalhados pelo mundo, ao mesmo tempo conseguia fazer uma boa propaganda das realizações alcançadas pela ordem recém-criada em toda Europa estimulando o ingresso de mais irmãos. Para tanto, essa correspondência era subdividida em dois agrupamentos. Em uma primeira parte, estava a carta edificante, ou carta maior, que servia para a difusão das conquistas e acertos da Companhia. Sua leitura ocorria em voz alta e muitas vezes eram publicadas na Europa, servindo de propaganda e tendo um grande público de leitores ávidos por saber o que se passava no extremo Oriente ou no Novo Mundo. Uma segunda parte da carta era a *hijuela*, carta menor, separada, destinada a retratar os problemas e os assuntos pessoais. Essa carta, por motivos óbvios, não era divulgada.<sup>28</sup>

Mas o que chama atenção na ordem jesuítica, além de sua originalidade, era a capacidade de adaptação às realidades enfrentadas nos vários locais em que atuou. Para que pudessem ocorrer essas adaptações e não houvesse nenhum tipo de problema com a doutrina da ordem havia certa flexibilidade para se aceitar exceções e abrandar algumas situações inusitadas. Assim, segundo o historiador Van Dyke,

A ideia que Inácio tem de sua ordem é pessoal, e não mecânica. Ela deve ser constituída por homens, e não por fórmulas. Ele concebeu a unidade da Companhia como algo espiritual e não regulamentar. Ele não considerava as regras que havia formulado como uma armadura de ferro. Previa exceções, e as que ele menciona têm como finalidade evidente salvar o espírito em detrimento da letra.<sup>29</sup>

Essa capacidade de adaptação, aceitável até certo ponto, foi fundamental para promover o funcionamento de uma ordem que já tinha irmãos espalhados em várias regiões. O que fazer frente aos problemas encontrados em cada local singular? Esperar novas ordens

<sup>27</sup> HUE, 2006, p. 14.

<sup>28</sup> HUE, 2006, p. 18.

<sup>29</sup> BRODRICK, James. *Origines et expansion des Jésuites*. Paris: Éditions Spelt, 1950 apud LACOUTURE, 1994, p. 120.

chegarem? Havia de fato uma necessidade de os inacianos terem certa autonomia no trato com as várias questões enfrentadas para conseguir fazer o trabalho missionário.<sup>30</sup>

Como exemplo da capacidade de adaptação jesuítica, podemos citar a percepção que os inacianos tiveram do poder dos pajés perante a tribo. Esses curandeiros não só diziam ter ligação com deuses e espíritos, mas demonstravam esse contato por meio da habilidade de curar doenças. Diante disso, os jesuítas passaram a atuar no complexo trabalho de curar índios doentes e logo foram reconhecidos como homens de grande poder, sendo Anchieta seu maior expoente.<sup>31</sup>

Outros exemplos relacionados à capacidade de adaptação se deram por meio do uso de crianças indígenas na tradução da confissão dos adultos. Posteriormente o domínio da língua para melhor se relacionar e doutrinar os silvícolas, a adaptação de conceitos cristãos à cultura tupi, como o uso de Tupã para tratar de Deus<sup>32</sup>, a percepção dos melhores horários para adultos e crianças no processo de doutrinação, o uso de teatros e encenações religiosas quando para certos conceitos cristãos não havia tradução, ou quando a língua ainda era um empecilho.<sup>33</sup>

A adaptação jesuítica às novas realidades, suas repercussões e o envolvimento dos inacianos em assuntos tão diversos no contexto social, político, cultural e religioso nos faz perceber que a atividade catequizadora foi apenas um braço de atuação, sendo sua ação muito mais complexa, se fazendo notar em tantos momentos e de tantas formas distintas que até hoje é objeto de estudo nos mais variados campos do saber.

Para melhor compreender como ocorreu a ação dessa ordem no Brasil esse trabalho irá utilizar como recorte a capitania do Espírito Santo no século XVI, por considerar que esse período foi crucial na formação de concepções e de formas de agir da Companhia, conforme as dificuldades foram surgindo, e por considerar que existe um grande vazão bibliográfico sobre o período em questão quando se trata do Espírito Santo. Importante salientar que as Constituições<sup>34</sup>, conjunto de normas que caracterizavam a doutrina jesuítica, só ficaram prontas quando os inacianos já estavam atuando. Portanto, o século XVI aponta não só o início da ordem, mas a consolidação de suas bases teóricas e seu modo singular de proceder.

<sup>30</sup> EISENBERG, 2000, p. 46.

<sup>31</sup> EISENBERG, 2000, p. 80.

<sup>32</sup> CARVALHO, 1982, p. 12.

<sup>33</sup> CARVALHO, 1982, p. 13.

<sup>34</sup> EISENBERG, 2000, p. 35.

## 1.2 O Espírito Santo no século XVI

Vinte três de maio de 1535. Nessa data os portugueses iniciaram a colonização do território espírito-santense. Liderados por Vasco Fernandes Coutinho, pertencente à classe média portuguesa, chegou com aproximadamente 60 colonos a bordo da caravela Glória e aportaram ao pé do Morro do Moreno, à esquerda da baía onde acreditavam ser um rio.<sup>35</sup>

Os colonos que acompanhavam o donatário eram formados, em sua maioria, de malfeitores e degredados. Aliás, qualquer criminoso estabelecido no Brasil que quisesse buscar refúgio no Espírito Santo era muito bem recebido e estava a salvo de qualquer punição.<sup>36</sup> Com essas pessoas que Coutinho deveria tratar no ensejo do processo de colonização, fato esse não exclusivo da capitania espírito-santense, como protestou o primeiro donatário de Pernambuco – “[...] nenhum fruto nem bem fazem na terra, mas muito mal.”<sup>37</sup> Essa população de colonos nos dá uma mostra de como seria complexo manter a ordem e a governança da nova sociedade que aqui se estabelecia, uma vez que

A pouca aplicação da lei na capitania, o relaxamento da moral, em virtude desse tipo de gente, e a distância em que estava o poder português fizeram com que o donatário, pouco dotado financeiramente, não tivesse forças para se impor à terra. E, além de tudo isso, também o gentio criava problemas, insurgindo-se com frequência.<sup>38</sup>

Ao tentarem desembarcar na pequena praia onde se percebia uma espécie de porto natural, foram recebidos de forma nada amigável pelos silvícolas que de pronto apontavam suas armas e jogavam algumas flechas. Incidente resolvido com alguns tiros.<sup>39</sup> Um novo e importante personagem na sociedade colonial que se estabelecia em todo Brasil, o índio. Esse se tornou mão de obra escrava ou livre, ajudou na defesa do território ocupado pelos portugueses e também em sua destruição, foi causador de discórdias entre colonos e jesuítas, alvo da igreja católica em seu processo de conversão de novos cristãos, responsáveis direto pela fundação de vários aldeamentos jesuítas que deram origem, muitas vezes, a vilas, cidades ou novos caminhos para o sertão.

No Espírito Santo os silvícolas não deram vida fácil aos portugueses que tiveram que se adaptar aos constantes ataques de tribos relutantes em qualquer tipo de contato ou escambo

<sup>35</sup> OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. p. 37.

<sup>36</sup> CARVALHO, 1982, p. 35.

<sup>37</sup> FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*. 2.ed. Vitória: Flor & Cultura, 2006. p. 43.

<sup>38</sup> CARVALHO, 1982, p. 35.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 37.

com os novos moradores. Freire escreve a respeito das dificuldades com os gentios: “Num ponto sempre agitado por aimorés, goitacás e tamoios, tribos dos tupinambás, difícil seria, naquele tempo viver em paz.”<sup>40</sup>

De imediato ficou claro aos colonos que alguma fortificação deveria ser construída, mesmo que de forma paliativa, para repelir novos ataques. Para tanto, foi utilizado o material mais abundante que havia na capitania e poderia servir de barreira inicial, ou seja, a madeira.<sup>41</sup> Na pequena clareira aberta para abrigar os 60 europeus, protegida por um amontoado de madeira entrelaçada formando uma espécie de cerca, teve início o primeiro núcleo de povoação espírito-santense que mais tarde deu origem a primeira vila denominada com o mesmo nome da capitania, Vila do Espírito Santo, já que quando chegaram era oitava de pentecostes.

Uma vez estabelecidos, a preocupação era iniciar a construção de um templo destinado à religião católica, fato esse rotineiro entre os colonos que aqui vieram, em função da grande influência da Igreja Católica em Portugal, como podemos atestar no regimento passado a Tomé de Souza pelo rei D. João III onde diz que “[...] a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa Santa Fé Católica [...]”<sup>42</sup> Assim, em 1535, foi construída a igreja dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Apesar de ter sido construída no ano da fundação da capitania só teve um vigário em 1541, e depois outros tantos, todos sem continuidade, o que mostra a situação precária e calamitosa da questão religiosa do Espírito Santo antes da presença dos jesuítas.<sup>43</sup>

Após a fundação do primeiro núcleo de colonização e da primeira igreja, os contatos com os indígenas eram constantes, já que a curiosidade fez com que se aproximassem da pequena povoação, permitindo algum tipo de escambo. Contudo, essa não era a regra<sup>44</sup>, visto que a maioria dos indígenas não aceitava a presença portuguesa e de tempos em tempos atacava-os, mingando a força colonial e obrigando-os a mudarem para Vitória, oficializada como vila em março de 1550, perante as autoridades do governo geral. Assim, segundo Freire,

A preocupação de evitar as baixadas paludosas nesta ilha, citada também como lezíria na escritura da respectiva doação a Duarte de Lemos; e, ao mesmo tempo, o cuidado de melhor defesa contra constantes assaltos de indígenas ou de invasores

<sup>40</sup> FREIRE, 2006, p. 52.

<sup>41</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 38.

<sup>42</sup> REGIMENTO passado a Tomé de Sousa. 1548. Disponível em: <<http://lemad.ffeilch.usp.br>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

<sup>43</sup> CARVALHO, 1982, p. 36.

<sup>44</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 41.

teriam, provavelmente, determinado a fundação de Vitória no alto da colina, onde os jesuítas, depois, preferiram localizar a residência.<sup>45</sup>

Nesse ensejo de combate com os nativos, Coutinho recebeu ajuda determinante na pacificação momentânea, feito comprovado pela forma como agradeceu a Duarte de Lemos através da doação da ilha de Santo Antônio. Assim escreveu o donatário:

Mando que este valha até que meus herdeiros ou herdeiro lhe faça dela doação da dita Ilha que ora lhe tenho dado por muito que lhe devo e por me vir ajudar a sustentar a terra que sem sua ajuda o nam fizera, e mando ao meu herdeiro sob pena de maldição que o cumpra muito mais se poder.<sup>46</sup>

A capitania prosperava e por volta de 1540 a quantidade de engenhos instalados ou que estavam em construção era por volta de “[...] cinco engenhos de água e dois que estavam sendo montados, além de outros dois ou três, a força animal [...]”<sup>47</sup>, além dos rendimentos do vigário aqui estabelecido que arrecadava uma quantia anual de dezoito mil réis<sup>48</sup>, nos dá mostras que a fundamentação da colonização ia por um caminho de consolidação. Mesmo assim Coutinho entendeu que era hora de voltar a Portugal para conseguir mais homens e recursos. Aliás, suas viagens à metrópole se repetiram durante todo o tempo em que ficou governando. O Espírito Santo ficava volta e meia sem seu donatário, a mando de pessoas escolhidas por ele, nessa primeira ocasião, ficou ausente de 1540 até 1547 ou 1548.<sup>49</sup>

Nesse período de ausência a capitania ficou sobre o controle de D. Jorge de Menezes o que causou incômodo para alguns colonos que se sentiram diminuídos com a escolha.<sup>50</sup> Sem o capitão oficial a população espírito-santense formada por aventureiros, degredados e criminosos pareceu mergulhar em profundos problemas morais, viviam de forma desregrada, subjugados por paixões<sup>51</sup>, ou seja, basicamente “[...] ninguém queria ser governado”.<sup>52</sup>

<sup>45</sup> FREIRE, 2006, p. 64.

<sup>46</sup> ALVARÁ de doação da Ilha de Santo Antônio (1537) apud OLIVEIRA, 2008, p. 42.

<sup>47</sup> FREIRE, 2006, p. 57.

<sup>48</sup> FREIRE, 2006, p. 58.

<sup>49</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 53.

<sup>50</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 54.

<sup>51</sup> A imoralidade e depravação citadas no texto são baseadas nas percepções das cartas jesuíticas que se apregoavam a princípios morais do cristianismo católico. Portanto, não se buscou criar nenhum tipo de juízo de valor sobre as práticas da população local do período estudado, mas tentou-se transmitir a visão de religiosos que viam com grande reprovação os jogos, bebedeiras, brigas, concubinatos, ataques a índios, entre outros comportamentos comuns aquela época. Embora reconheçamos a importância de se estudar de forma mais aprofundada as características comportamentais e morais da sociedade espírito-santense do século XVI, por ora, iremos adotar as interpretações dos estudiosos clássicos do período, como Oliveira, que ainda hoje servem de base para o estudo dessa época.

<sup>52</sup> RUBIM, Brás da Costa. *Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo*, apud OLIVEIRA, 2008, p. 56.

Esse núcleo populacional sofreu ataques constantes, já que Aimorés, Goitacás e Tupiniquins aliaram-se para combater o estrangeiro. Assim, Nara Saletto aponta que “[...] após uma década de permanência, os colonos quase foram expulsos sob ataques dos tupiniquins e dos goitacás, cada qual por um lado. Do que haviam construído, incluindo engenhos, pouco restou [...]”<sup>53</sup> A situação calamitosa e conflituosa estava instaurada e perante esse contexto Coutinho retorna, mas depois de anos na metrópole não conseguiu trazer o socorro definitivo para provocar a consolidação da colonização espírito-santense, muito pelo contrário retorna com grandes dívidas.<sup>54</sup>

Percebendo que a situação havia se agravado, Coutinho ausenta-se novamente para a metrópole, em 1550, na esperança de conseguir novos recursos.<sup>55</sup> Nesse período quem ficou no comando da capitania foi Bernardo Sanches de La Pimenta que não conseguiu tirá-la da complexa situação na qual se encontrava. Essa situação foi percebida por Tomé de Souza que ao passar pelo Espírito Santo escreveu:

O Espirito Santo he a melhor capitania e mais abastada que ha nesta costa mas está tam perdida como o capitão dellaqué Vasco Fernandez Coutinho eu o provy o melhor que pude mas V. A. deve mandar capitão ou Vasquo Fernandez que se venha pera ella e ysto com brevidade.<sup>56</sup>

Nesse contexto, a chegada dos primeiros jesuítas na capitania provocou mudanças sensíveis em todos os aspectos da vida social, cultural e econômica. A fundação da primeira aldeia deu início a uma série de aldeamentos inicianos que se alastraram na costa capixaba e ajudaram no complexo processo de povoamento e colonização.

Coutinho já havia retornado quando a primeira aldeia jesuítica foi inaugurada, de forma singular, pois contava com índios aliados do Rio de Janeiro, sendo Gato Grande seu cacique. Essa tribo vivia há muitos anos em guerra com os tamoios, mas sempre prevalecia sua força. Quando houve um desequilíbrio favorecendo o inimigo foram motivados a pedir ajuda na capitania vizinha, sendo todos trazidos para as proximidades da vila de Vitória.<sup>57</sup>

Embora chegassem índios aliados de outras regiões, os gentios naturais do Espírito Santo continuavam a atacar de forma constante e intensa os colonos, o que fez com que Coutinho escrevesse uma carta pedindo ajuda ao governador geral recém-empossado. De

<sup>53</sup> SALETTTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização no Espírito Santo*. 2. Ed. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998. p. 87-88.

<sup>54</sup> FREIRE, 2006, p. 64.

<sup>55</sup> FREIRE, 2006, p. 64

<sup>56</sup> CARTA de Tomé de Sousa (1553) apud OLIVEIRA, 2008, p. 71-72.

<sup>57</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 87-88.

imediatamente Mem de Sá organizou uma contra ofensiva com seis velas e perto de 200 homens<sup>58</sup> nos locais onde a situação era mais grave, tendo escrito ao rei: “Fica [a capitania do Espírito Santo] agora muito pacífica e o seu gentio tão castigado: mortos tantos e tampricipaes: / que parece que não alevantaram a cabeça tam cedo”.<sup>59</sup>

Esse apoio militar não foi uma ajuda ao capitão donatário Vasco Fernandes Coutinho, mas um socorro a uma região pertencente a Coroa Portuguesa, uma vez que Mem de Sá não vacila para falar da difícil situação da governança espírito-santense nas mãos de um velho pobre<sup>60</sup>, além de sugerir a tomada da capitania por parte do reino, a construção de outra cidade fortificada como a de Salvador e a distribuição das terras.<sup>61</sup>

Mais uma vez Coutinho ausenta-se, volta à metrópole desmotivado, tentando encontrar alguém que quisesse comprar a capitania ou fazer sociedade<sup>62</sup>, como afirma Freire: “Queixava-se dos moradores, que provocaram desordens contra ele; assim como da Câmara, que lhe contestava direitos sobre negócio do sertão [...]”.<sup>63</sup> Nesse período os problemas continuavam, a começar por uma epidemia de varíola em 1559, fazendo os jesuítas sepultarem dez cadáveres por dia. Existia ainda a prática comum dos colonos de motivar os índios a capturarem seus iguais para posteriormente venderem como escravos, provocando mais conflitos em uma região que já não prosperava como em seus primeiros anos. Segundo Nóbrega havia no Espírito Santo nesse período “[...] hua pouca de gente em grande perigo de serem comidos dos índios e tomados dos franceses.”<sup>64</sup>

Coutinho teria se ausentado em 1558 e quando retornou foi de todo para renunciar, não sendo possível continuar com a empresa. Assim, Mem de Sá mais uma vez relata:

Mem de Sá, do conselho d’el-rei Nosso Senhor, capitão da cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, e governador geral em todas as capitanias e terras de toda a costa do Brasil pelo dito senhor. Faço saber aos juízes, vereadores e povo desta capitania do Espírito Santo, que vindo eu correr a costa, Vasco Fernandes Coutinho, capitão e governador que era dela, a renunciou em Sua Alteza, e eu em nome do dito Senhor a aceitei, e em seu nome faço capitão dela a Belchior de Azeredo cavaleiro da casa d’el-rei Nosso Senhor, *por ser elegido pelo povo, e as mais vozes*, e por confiar dele em tudo o que encarregar do serviço de Sua Alteza, o fará bem, e fielmente, e como deve, e ele poderá usar de todos os poderes e jurisdições que Vasco Fernandes Coutinho tinha, e usará por bem de suas doações, e haverá todos os próis e percalços ao dito officio ordenados, enquanto servir o dito cargo, que será até Sua Alteza prover, e a mim me parecer seu serviço, e ele haverá juramento em câmara, para que seja metido de posse do dito cargo, sobre os Santos Evangelhos,

<sup>58</sup> FREIRE, 2006, p. 72.

<sup>59</sup> MEM de Sá. Carta para el-rei (1558) apud OLIVEIRA, 2008, p. 91.

<sup>60</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 93.

<sup>61</sup> FREIRE, 2006, p. 73.

<sup>62</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 94.

<sup>63</sup> FREIRE, 2006, p. 72.

<sup>64</sup> CARTA de Manuel da Nóbrega para o cardeal D. Henrique (1560). In: FREIRE, 2006, p. 73.

que bem e verdadeiramente servirá o dito cargo, guardando em tudo o serviço de Deus, e de Sua Alteza, o direito das partes, de que se fará assento nas costas desta, e será registrada no livro da dita câmara, onde se fará outro do termo do dito juramento, que o dito Belchior de Azeredo assinará. Pelo que vos mando que obedeçais em tudo e por tudo o que vos por ele for mandado, como capitão que é. Cumpri-o assim. – Dado nesta vila de Nossa Senhora da Vitória, sob meu sinal e selo das suas armas. – Hoje três de agosto de 1560. Antônio Serrão a fez. – Mem de Sá.<sup>65</sup>

Em 1561 Vasco Fernandes Coutinho falecia, “[...] tão pobremente que chegou a lhe darem de comer por amor de Deus, e não sei si teve um lençol seu em que o amortalhassem”.<sup>66</sup> Terminava assim a administração de seu primeiro donatário, mas não de seu herdeiro bastardo, uma vez que a carta de doação determinava a herança para os filhos legítimos, sendo que na ausência desses era destinada ao bastardo.<sup>67</sup>

Vasco Coutinho filho assumia o Espírito Santo<sup>68</sup>, provavelmente no ano de 1563.<sup>69</sup> Sob seu governo a capitania voltou a prosperar contando com “[...] seis engenhos de açúcar, os quais atraíam anualmente três ou quatro embarcações”.<sup>70</sup> Além disso, a atuação jesuítica se consolidou, combateu vícios de jogos da população que provocava rivalidades e expulsou invasores que tentaram assaltar a região. Os aldeamentos de índios estavam progredindo e construções importantes em Vitória, como a grande igreja jesuítica, foram iniciadas. Esteve envolvido com alguns conflitos com a população local, como demonstra José Teixeira, tendo Anchieta o conciliador.<sup>71</sup>

Faleceu em 1589. Sucedeu na liderança da capitania sua viúva, D. Luísa Grinalda, que nomeou o capitão Miguel Antônio de Azeredo como seu adjunto no governo.<sup>72</sup> Nesse período dois fatos chamam atenção, o primeiro foi a questão das tentativas de invasão de Thomas Cavendish e de Olivier Van Noort que foram duramente reprimidas pela população<sup>73</sup> e o segundo foi o falecimento de Anchieta, considerado o apóstolo do Brasil. Morreu em Reritiba no dia nove de junho de 1597, seu corpo foi levado para Vitória em um cortejo de mais de trezentas pessoas, sendo sepultado na igreja de Santiago. Em suas cartas Anchieta

<sup>65</sup> AUTO de Mem de Sá (1560). In: OLIVEIRA, 2008, p. 102.

<sup>66</sup> SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, s/ data. p. 96.

<sup>67</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 106.

<sup>68</sup> Belchior de Azeredo assumiu a capitania do Espírito Santo por um período relativamente curto, entre a renúncia e morte de Vasco Fernandes Coutinho. Depois desse último acontecimento seu filho bastardo, de mesmo nome do pai, tomou posse tornando-se o segundo donatário da capitania.

<sup>69</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 109.

<sup>70</sup> FREIRE, 2006, p. 90.

<sup>71</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 117.

<sup>72</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 117.

<sup>73</sup> FREIRE, 2006, p. 94.

dava mostras da situação conflituosa que a capitania se encontrava no final dos quinhentos ao escrever ao padre geral Cláudio Aquaviva, segundo ele:

Nesta, do Espírito Santo, encontro agora muita perturbação entre os portugueses, uns com os outros, sobre pretensões de ofícios e honras; e com os nossos, porque não lhes concedemos que façam dos índios cristãos à sua vontade, querendo servir-se deles a torto e direito.<sup>74</sup>

Em Portugal Francisco de Aguiar Coutinho, parente mais próximo de Vasco Fernandes filho, pedia o direito de administrar a capitania, já que não havia herdeiros do casamento de Coutinho filho com Grinalda, vindo a assumir a capitania só depois de 1605. Teixeira resume o quinhentos da seguinte forma:

Muito progredira a capitania desde a chegada da *Grorya* à enseada do Espírito Santo. Vivo estivesse, o primeiro donatário poderia dizer, com justo orgulho, que não fora vão o sacrifício que se impusera para plantar a bandeira do seu rei nesta nesga do solo brasileiro. Outras donatarias exibiam mais riquezas, mas, por certo, em nenhuma outra as condições haviam sido mais adversas à implantação do homem europeu. Aqui, a floresta espessa – verdadeira fortaleza oposta às tentativas de penetração – era, mais que qualquer outro acidente de qualquer outra parte do Brasil, uma barreira a contrariar e esmagar os planos de conquista, não só pela sua pujança inigualável, mas, e principalmente, pelo inumerável gentio que abrigava. Decênios, séculos decorreriam até que o homem branco pudesse palmilhar – sem o temor mortal dos primeiros tempos – o território que ficava além das praias marítimas.<sup>75</sup>

Percebe-se grande turbulência política, econômica e social no Espírito Santo do século XVI. Em certos momentos a consolidação da colonização parecia ocorrer a passos largos, mas logo em seguida volta-se a um estágio inicial de colonização, beirando a uma situação de subsistência e de quase expulsão da população local, ou de grande perigo frente às constantes ameaças externas e internas, por parte de piratas, corsários e índios, respectivamente. Nesse contexto de intensas mudanças, avanços, desencontros e regressões ocorreram as atuações dos inicianos aos quais iremos iniciar uma análise introdutória.

### **1.3 Jesuítas no Espírito Santo: Uma breve abordagem sobre a chegada da Companhia na capitania**

No final de 1549 partiu da Bahia em direção a São Vicente os jesuítas Leonardo Nunes e Diogo Jácome, mas antes de chegarem ao seu destino fizeram uma parada no Espírito Santo sendo esse o primeiro contato da população local com a Companhia de Jesus. O relato

<sup>74</sup> CARTA de Anchieta para o padre Cláudio Aquaviva. In: Freire, 2006, p. 95.

<sup>75</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 126.

de Leonardo Nunes nos dá uma ideia de como estava abandonada a questão religiosa na capitania, em face da forma calorosa que a população o recebeu e a quantidade de trabalho que tiveram em função da grande procura por confissões, casamentos e sermões.<sup>76</sup> Nas palavras de Freire: “Pôs-se esse jesuíta a doutrinar devotamente os escravos, à noite, em uma praça, junto à igreja, porque não cabiam nesta.”<sup>77</sup>

Mas foi em 1551 que a presença dos jesuítas se fez notar de forma definitiva, o que promoveu uma sensível mudança na conduta dos colonos e certa diminuição dos ataques silvícolas.<sup>78</sup> A atuação inaciana foi concebida por Afonso Brás e Simão Gonçalves, que chegaram, provavelmente, no final de março. Mais uma vez percebe-se o entusiasmo dos moradores ao receberem os religiosos, seja em função da época, véspera de páscoa, seja pelo abandono religioso da capitania.<sup>79</sup>

Em seu relato, Brás destaca que seu trabalho missionário teve início rapidamente, ora cuidando da questão religiosa como a confissão, ora construindo uma casa simples para que pudessem se assentar e mais tarde iniciar a construção de uma igreja. No que tange a construção de edifícios essa foi sua especialidade, que se destacou em construções de São Paulo e Rio de Janeiro.<sup>80</sup> Em relação ao batismo dos gentios, Brás percebe sua inconstância, uma vez que após o batismo muitos voltam para as matas, tornando-se piores “[...] andandes puésallá peores que dantes, y tórnanse a meter em sus vicios y a comer carne humana.”<sup>81</sup>

Já em 1552 a escola fundada pelos jesuítas, que a princípio denominava-se Colégio dos Meninos de Jesus do Espírito Santo posteriormente teve seu nome mudado para Colégio de Santiago (1556) a mando de Nóbrega, concedia instrução as crianças mamelucas e índias.<sup>82</sup> Importante salientar que a escola jesuítica só foi possível ter início com filhos de índios de outras regiões, uma vez que os ameríndios do Espírito Santo se mostravam arredios e inconstantes às práticas jesuíticas.<sup>83</sup>

Subsequentemente ocorreu a doação de terras para a Companhia através de Duarte de Lemos que deu terras necessárias não só para fundação das instalações jesuíticas, mas também, para manutenção da mesma. A doação foi oficializada ainda em 1552 aproveitando a chegada do padre Manuel de Paiva, visitador da companhia de Jesus, acrescida a doação de

<sup>76</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 65.

<sup>77</sup> FREIRE, 2006, p. 58.

<sup>78</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 77.

<sup>79</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 78.

<sup>80</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 78.

<sup>81</sup> BRÁS, Afonso. Carta aos padres e irmãos de Coimbra (1551). In: LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros Jesuítas do Brasil: 1538 – 1553*. São Paulo, 1954. p. 274-275.

<sup>82</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 85.

<sup>83</sup> SALETTO, 1998, p. 29.

terras de Bernardo Sanches Pimenta, tenente do donatário. Todas essas terras que os jesuítas passaram a usufruir e construir sua sede na capitania estavam livres de qualquer tipo de impostos e taxações, fato que contribuiu para o seu desenvolvimento.<sup>84</sup> Após essas doações, em apenas 10 anos, os jesuítas já haviam conseguido adiantar muitas obras do convento e capela, além de uma casa que servia de seminário na Rua do Egito, onde moravam os padres Brás Lourenço e Fabiano de Lucena.<sup>85</sup> Bom frisar que em 1573 teve início a construção da Igreja matriz na capitania. Essa foi construída sobre a atuação técnica dos próprios jesuítas que tiveram ajuda da população local para conseguir material e levantar as primeiras pilastras. Assim, grandes e pequenos, senhores e escravos ajudaram a levar grandes pedras na construção dos primeiros alicerces.<sup>86</sup>

Frente aos vários problemas de ordem moral enfrentados na capitania, em 1554, Brás Lourenço, que substituiu Afonso Brás designado para trabalhar em São Vicente, frente a sua grande capacidade de construtor<sup>87</sup>, criou a confraria de combate às juras e maledicências, também conhecida como confraria ou irmandade da caridade que era organizada através de regras como o pagamento de 10 réis para os acusados e de 5 para os que de livre e espontânea vontade se acusavam.<sup>88</sup> Tentava-se assim criar um mecanismo que pelo menos diminuísse os problemas enfrentados por uma população formada de gente de todo tipo, sendo muitos degredados, o que certamente provocava uma série de conflitos e dificultava uma maior organização social. É sabido que entre os colonos essas atuações jesuíticas tiveram seus efeitos satisfatórios quanto à orientação moral cristã católica, sendo possível diminuir os concubinatos, promover casamentos, acabar com jogos de baralho e dados e criar um ambiente de maior aproximação com a igreja.<sup>89</sup>

Em 1555 os jesuítas fundaram sua primeira aldeia para processo de conversão dos índios. Fato que chama atenção é que esse primeiro aldeamento não foi com índios da capitania, mas com outros que se encontravam em grande dificuldade com seus inimigos tamoios, aliados dos franceses, no Rio de Janeiro. Assim, Gato Grande, cacique da aldeia, e seus pares foram trazidos para a capitania e alocados próximos à região de Vitória.<sup>90</sup> Nesse contexto, a aproximação de Brás Lourenço com Gato Grande foi importante para persuadi-lo a se fixar em uma redução jesuítica fundando a Aldeia da Conceição. Posteriormente, outros

<sup>84</sup> SESMARIA do colégio de Santiago na capitania do Espírito Santo (1552). In: LEITE, 1954, p. 299-300.

<sup>85</sup> DAEMON, 2010, p. 135-136.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 115-116.

<sup>87</sup> SALETTO, 1998, p. 29.

<sup>88</sup> FREIRE, 2006, p. 66.

<sup>89</sup> SALETTO, 1998, p. 29.

<sup>90</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 87-88.

sacerdotes passaram a intervir no processo de conversão influenciando outras personalidades maracajás como o padre Antônio de Sá que conquistou a confiança da mulher do cacique, Dona Branca, ou o padre Francisco Pires que se aproximou do índio Matanin, considerado um doutor entre os seus.<sup>91</sup>

Essa capacidade de convencimento e persuasão foi muito comum entre os jesuítas no contexto histórico da criação e consolidação da ordem. Percebemos isso ao analisarmos quantos inacianos foram conselheiros de reis, príncipes, autoridades coloniais, bispos e papas. No Espírito Santo não foi diferente, sua atuação esteve ligada a essa questão não somente com os silvícolas, mas com as autoridades da capitania até no que diz respeito a intermediar conflitos como Anchieta o fez ao amenizar as hostilidades entre Vasco Fernandes Coutinho Filho, então donatário, e os colonos<sup>92</sup>, ou com importantes autoridades de outras ordens religiosas como Frei Pedro Palácios que atualmente é um dos sacerdotes mais citados em função da sua contribuição histórica, cultural e religiosa no estado do Espírito Santo e que teria chegado à capitania por volta de 1558.<sup>93</sup> Na época de suas atividades confessava e comungava com os inacianos e até foi advertido por eles por não utilizar as cerimônias adequadas no batismo de índios, recebendo dos jesuítas as instruções necessárias para a aplicação desse tipo de culto religioso em situações extremas.<sup>94</sup>

No governo de Belchior de Azeredo, que assumiu após a renúncia de Vasco Fernandes Coutinho, essa proximidade com os jesuítas também se fez notar, uma vez que o então governante tinha grande relação com Brás Lourenço pedindo conselhos para questões pessoais e de consciência. Azeredo auxiliou os padres ao implementar uma política de sujeição dos índios trazendo vários do Rio de Janeiro para a criação da Aldeia de São João, próxima da Conceição, sob o comando dos jesuítas, em 1562.<sup>95</sup> Já em 1565 a aldeia estava estruturada com igreja e casas para os jesuítas, além do batismo de 400 almas.<sup>96</sup>

Essa política de sujeição de índios e “entradas” no sertão foi aprofundada com Anchieta no cargo de Provincial do Brasil, em 1577, sendo o Espírito Santo a região que mais teve proveito, já que várias “entradas” foram promovidas e muitos índios foram trazidos aumentando consideravelmente os números de gentios nas Aldeias da Conceição e São João,

<sup>91</sup> SALETTO, 1998, p. 31.

<sup>92</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 117.

<sup>93</sup> DAEMON, 2010, p. 127-128.

<sup>94</sup> SALETTO, 1998, p. 35.

<sup>95</sup> LEITE, 1954, p. 465.

<sup>96</sup> SALETTO, 1998, p. 94.

bem como auxiliando na fundação de novas aldeias, a saber: Reritiba (Anchieta), Reis Magos (Nova Almeida) e Guarapari.<sup>97</sup> Nesse período destacou-se o padre Diogo Fernandes que:

[...] realizou sete ou oito entradas, penetrando profundamente no sertão: uma delas durou oito meses e desceu grande número de índios. Diogo Fernandes nasceu no Espírito Santo, entrou na Companhia aos 16 anos, em São Paulo, onde foi discípulo de Anchieta, serviu como irmão em Vitória, terminou sua formação e se ordenou na Bahia, voltando ao Espírito Santo em 73. Foi superior em Reritiba, onde viveu muitos anos. Também o padre Antônio Dias realizou duas ou três entradas nessa época, a partir de Guarapari, onde foi superior.<sup>98</sup>

Em relação à região de Guarapari antes mesmo dos jesuítas ali se fixarem é sabido da existência de uma aldeia cujo cacique era denominado de Cão Grande, irmão de Gato Grande. Não se sabe com exatidão se vieram do Rio de Janeiro ou houve uma divisão da parentada de Gato Grande, embora a atuação jesuítica se deu alguns anos depois com a fundação de Guarapari, mas mesmo assim os inacianos visitavam constantemente a taba de Cão Grande que foi importante para proteção de Vitória.<sup>99</sup>

Nesse século XVI percebemos que a atividade jesuítica foi de todo dinâmica, tendo braços no seio social ao criar, por exemplo, a confraria da caridade, que nas palavras do Luís da Grã teve grandes feitos entre a população branca<sup>100</sup>, ou quando através de seus sermões conseguiram influenciar Vasco Coutinho Filho a extirpar os jogos que provocava grandes disputas<sup>101</sup>. Merece destaque também suas atuações na defesa do território, onde atrás de estandartes e conclamando índios para lutarem contra o invasor conseguiram êxito, como em 1581, quando 3 naus francesas tentaram assaltar Vitória e regiões, mas foram impedidas por índios aldeados pelos inacianos.<sup>102</sup> No ensino, foram a principal força até sua expulsão. Na medicina e enfermagem atuaram no combate as doenças epidêmicas causada pelo contato entre índios e o homem branco como as que ocorreram em 1559 (infecção pulmonar e desintéria), 1564 (varíola atingindo a população da Aldeia da Conceição) e nos anos 90 e 95<sup>103</sup>. Fundaram aldeias que mais tarde se transformariam em cidades, vilas ou caminhos para o sertão. Destacaram-se na arquitetura de igrejas e residências. Organizaram técnica de trabalhos como a tecelagem e na própria catequese, onde nas palavras de Anchieta, foi o local que mais se destacava nesse sentido em toda a colônia.<sup>104</sup>

<sup>97</sup> SALETTO, 1998, p. 59.

<sup>98</sup> SALETTO, 1998, p. 96.

<sup>99</sup> SALETTO, 1998, p. 93-94.

<sup>100</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 88.

<sup>101</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 112.

<sup>102</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 116 e 117.

<sup>103</sup> SALETTO, 1998, p. 85-86.

<sup>104</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 97.

Dessa forma podemos concluir que no século XVI, apesar das inúmeras dificuldades causadas por doenças, ataques de indígenas, colonos, piratas, corsários, problemas causados pela situação econômica da capitania, os jesuítas atuaram de forma muito veemente conseguindo, por exemplo, construir

[...] boa casa e igreja, além de um pomar, pastagens e desenvolvidos rebanhos. Mantinham em aldeias mais de 150 famílias de europeus e 4.000 indígenas. Esforçavam-se por desenvolver os trabalhos de fiação, instruindo tecelões práticos. Assim fizeram o Espírito santo, já recomendado por suas madeiras e apreciadas drogas medicinais, ser considerado rico em algodões [...].<sup>105</sup>

Faz-se necessário analisar de forma mais aprofundada como todas essas atuações na capitania do Espírito Santo do século XVI (1535 – 1600) estão apregoadas as normas, leis e regras das constituições da ordem jesuítica e como essas normas, embora rígidas, abriam brechas para que a atuação dos inacianos pudesse ser flexível frente às grandes singularidades que iriam encontrar no seu processo de operação e que não eram previstas pela alta hierarquia inaciana.



---

<sup>105</sup> FREIRE, 2006, p. 91.

## 2 ATUAÇÕES INACIANAS NA CAPITANIA ESPÍRITO-SANTENSE

Quando os jesuítas chegaram à América Portuguesa pretendiam fazer a conversão dos ameríndios através da pregação da doutrina católica. Estavam fundamentados na bula *Sublimus Dei* de 1537, que utilizava a interpretação tomista quanto à situação de inocência dos índios que não tinham conhecimento da verdadeira fé.<sup>106</sup> Segundo a citada bula, portanto, “[...] os tais Índios e outros povos devem ser convertidos à fé de Nosso Senhor Jesus Cristo pela pregação da palavra de Deus e pelo exemplo de uma vida boa e sagrada.”<sup>107</sup>

Essa bula enfatizava o uso da palavra de Deus e o bom exemplo de uma vida pautada nos dogmas cristãos para referendar a atuação inaciana no processo de conversão dos povos estrangeiros. Além disso, o padroado, que vigorava em Portugal, também dava subsídios aos jesuítas para atuarem dessa forma, uma vez que a Coroa Portuguesa poderia nomear sacerdotes de alto escalão com o apoio do papado, mas em troca financeira a construção de igrejas, cuidaria das despesas das ordens religiosas, protegeria e patrocinaria os missionários. Tomando por base as diretrizes do padroado e o apoio financeiro e logístico que ele prometia dar, os jesuítas poderiam ficar focados apenas na atuação de sua ordem religiosa, na questão da pregação e na ação missionária, não havendo a necessidade de se preocupar com o lado administrativo.<sup>108</sup>

### 2.1 Estabelecimento dos jesuítas e a chegada das Constituições

Afonso Brás, primeiro jesuíta que se fixou na capitania do Espírito Santo, começou seus trabalhos através da escolha de um local para a construção de uma casa primitiva. Essa seria a base de atuação jesuítica na capitania. Dali deveria partir a ação missionária, sendo essa estrutura conhecida como casa da vila que era submetida a um colégio e que, por conseguinte, era subordinado ao superior provincial.<sup>109</sup> Segundo Afonso Brás,

Passada a Páscoa determinamos e ordenamos fazer uma pobre casa, para nos podermos recolher nela. Ela está já coberta de palha, e sem paredes. Trabalharei que se edifique aqui uma ermida junto dela em um sítio mui bom, em a qual possamos dizer missa, confessar, fazer a doutrina e outras cousas semelhantes.<sup>110</sup>

<sup>106</sup> EISENBERG, 2000, p. 66.

<sup>107</sup> BULA *Sublimus Dei*. 1537. Disponível em: <<http://listserv.american.edu/catholic/church/papal/boniface/paul3.slavery.html>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

<sup>108</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. Estruturas Eclesiásticas e Acção Religiosa. In: BETHENCOURT, F; CURTO, D. R. (Org.). *A expansão marítima portuguesa*. p. 265-292. Portugal: Edições 70, 2010. p. 267.

<sup>109</sup> CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus e normas complementares. São Paulo: Loyola. 2004. p. 351.

<sup>110</sup> BRÁS, Afonso. *Carta aos padres e irmãos de Coimbra* (1551). In: LEITE, 1954, p. 274-275.

Após o início dessa construção primitiva houve o emprego da quadra que consistia num programa de construção jesuítico dividido entre a igreja, residência, oficinas, escola, enfermaria, dependências de serviço e a cerca, local onde ficavam o pomar e a horta. Essa quadra tinha a incumbência de servir como uma espécie de fortaleza, restringindo a participação externa apenas ao permitido.<sup>111</sup> Nas palavras de Carvalho:

[...] os dados retirados das cartas dos jesuítas nos fazem crer que, no fim da primeira década de sua chegada ao Brasil, os padres da Companhia possuíam, em Vitória, um edifício disposto em quadra, nos moldes do que se situava no monte Calvário, na Bahia, descrito por Nóbrega dois anos antes.<sup>112</sup>

Quando ainda estava em processo de edificação, essa quadra teve que passar por algumas mudanças estruturais e de nomeação, visto que em 1556, Nóbrega, provincial do Brasil nesse período, chegava ao Espírito Santo para explicar as Constituições. Ao constatar que o colégio aqui estabelecido se denominava Colégio dos Meninos de Jesus do Espírito Santo, determinou a mudança para Colégio Santiago, uma vez que os jesuítas não poderiam administrar nada que não pertencesse à ordem religiosa, seguindo as diretrizes das Constituições. Assim era inconcebível existir um colégio dos meninos, onde eram educados mamelucos e índios. Nesse sentido tudo deveria pertencer à ordem e para ela ser.<sup>113</sup>

É importante salientar como as ordens determinadas pelo provincial foram imediatamente acatadas no Espírito Santo, provocando não só a mudança do nome do colégio, mas alterando também a própria disposição onde esses estavam instalados. Nessa perspectiva as Constituições eram claras com relação ao respeito às determinações dos superiores e a própria hierarquia constituída dentro da ordem como se observa na transcrição de um trecho dessas diretrizes.

A mesma virtude da obediência está ligada a subordinação bem guardada dos Superiores, uns com relação aos outros, e dos súditos com relação aos Superiores. Assim, os que vivem numa casa ou colégio recorram ao Superior local ou Reitor, e deixem-se em tudo dirigir por ele; e os que vivem dispersos pela Província, ou a algum Superior local mais próximo, conforme as ordens recebidas. E todos os Superiores locais ou Reitores estejam em comunicação estreita com o Provincial, e deixem-se guiar em tudo por ele. Procedam da mesma forma os Provinciais com relação ao Geral. Assim, guardada a subordinação, manter-se-á a união que por ela em primeiro lugar se realiza, com a graça de Deus Nosso Senhor.<sup>114</sup>

<sup>111</sup> COSTA, Lúcio. Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Carvalho*, Rio de Janeiro, v. p. 12-13, 1941 apud CARVALHO, 1982, p. 22.

<sup>112</sup> CARVALHO, 1982, p. 43.

<sup>113</sup> CARVALHO, 1982, p. 41.

<sup>114</sup> CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 189-190.

No que tange a cerca existente na quadra há de se ressaltar o problema que isso gerou quanto à atuação dos jesuítas em tarefas que não diziam respeito à ação missionária. Para manter o pomar e horta funcionando e posteriormente fazendas, os inacianos precisavam atuar em questões agrícolas, uma vez que a ajuda nessa situação ocorria em uma ou outra ocasião, mas não de forma constante.<sup>115</sup> As Constituições trataram desse tema e colocaram uma série de empecilhos quanto às atividades que não iam de encontro às ações missionárias. Assim, o uso de um terreno que

[...] produzisse vinho, azeite, ou trigo, ou se as frutas e hortaliças se vendessem. Nada disto será lícito; mas será permitido aproveitar toda ou parte da colheita para uso da casa. Se a Companhia tiver algum caseiro ou pessoa secular encarregada as hortas e terras pertencentes a estas casas, não se lhe deve proibir de fazer o que lhe parecer útil para seu interesse pessoal, contanto que nenhum proveito advenha disso para as casas ou para os membros da Companhia.<sup>116</sup>

Assim, inicialmente não era lícito aos jesuítas ganhar nenhum tipo de vantagem da negociação dessa produção em benefício da ordem, sendo apenas possível utilizá-la para provimento da casa. Essa questão foi resolvida de forma definitiva apenas em 1568 quando a Congregação Provincial definiu que era vital para a atuação dos colégios a posse de terras e fazendas.<sup>117</sup>

Percebemos que a produção teórica da época, bula *Sublimus Dei*, padroado e Constituições davam condições hipotéticas dos jesuítas atuarem apenas em sua ação missionária, não precisando cuidar de questões de cunho logístico e administrativo. Mas na prática houve a necessidade de criar meios para a manutenção do colégio e da casa, como a instalação da cerca. Mais do que isso, a situação dos jesuítas nos primeiros anos no Espírito Santo aponta para uma conjuntura de dificuldades, como indica a carta de Bráz Lourenço

Os nossos Padres se mantêm do que Sua Alteza manda dar, ainda que aqui lhe não dão mais que pera dois e elles são os que digo, de modo que lhe é necessario viverem tambem do trabalho de suas mãos *ut neminemgravent*; nem pedem esmola. Sua igreja é pobre, a qual nem ornamentos, nem retavolos, nem umas galhetas tem, como digo, mal providos de vinho e farinha pera as missas. Lembre-se V. R., por amor de Nosso Senhor, de lhe fazer vir alguma esmola destas cousas, e tambem d'algum panno para se vestirem e algumas outras cousas pera remedios de suas necessidades.<sup>118</sup>

<sup>115</sup> LEITE, 2004, p. 16.

<sup>116</sup> CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 166.

<sup>117</sup> ASSUNÇÃO, Paulo. *Negócios Jesuíticos: O cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. p. 248.

<sup>118</sup> NAVARRO, Azpilcueta; e outros. *Cartas Avulsas – 1550-1568*. V. 2. Belo Horizonte: Itatiaia. 1988. p. 364-365.

Dando mais ênfase nessa questão, das dificuldades encontradas nos primeiros anos de atuação no Brasil, Nóbrega escreve para Inácio de Loyola e relata essas questões. Em sua carta trata da impossibilidade de manter a ordem apenas com o que a Coroa Portuguesa oferecia, e para isso cita o Espírito Santo.

As vaccas foram adquiridas para os meninos da terra e são suas; a esmola d'El-Rei é incerta; para não ser collegio, sinão casa, que viva de esmolas, é impossível poderem se sustentar os Irmãos daquela casa em toda esta capitania [de São Vicente], nem com eu agora levar cinco ou sei que imos, delles para o Espirito Santo, delles para a Bahia, porque as povoações dos Christãos são muito pobres, e, si nesta casa de S. Vicente se não podem manter mais que dois ou três, que é a principal villa, quanto mais nas outras partes! Vendo-nos, o padre Luiz da Grã e eu, nesta perplexidade, dando conta aos Padres, que nos aqui achamos, nos pareceu escrever estas cousas todas a V. P. e ao padre mestre Ignacio, para que com o que lá se assentarem, se tomar resolução nas cousas seguintes.<sup>119</sup>

Observamos que o amparo da Coroa Portuguesa para manter os inacianos no Brasil não era suficiente. Assim, além de criar condições para manutenção da ordem no que confere a organização da cerca e das fazendas, os jesuítas tiveram que contar muitas vezes com a ajuda de terceiros na doação de terras, como ocorreu no Espírito Santo através de Bernardo Sanches Pimenta e Duarte de Lemos<sup>120</sup>, ou ainda por meio de ajuda concebida na condição de esmola. A esmola, porém, só deveria ser aceita em casos de extrema necessidade como determinava as constituições, assim “[...] o rendimento não desse para tanto, poder-se-iam receber algumas esmolas, mas sem as pedir, a não ser que a pobreza fosse tal que obrigasse a solicitar a algumas pessoas”<sup>121</sup>

O fato das esmolas serem aceitas no Espírito Santo nos dá uma dimensão das dificuldades de se instalar uma sede da companhia na capitania, em função dos problemas de logística enfrentados pela ordem, ou por situações específicas da capitania, como podemos observar no relato de Braz Lourenço ao padre Doutor Torres.

Esta capitania [...] onde os nossos Padres residem, e passa-se ás vezes muito tempo que nem presencialmente, nem por cartas se podem comunicar uns com outros, como agora se aconteceu que há perto de dous anos que por aqui não passou algum dos nossos, nem veiu recado seu por falta de embarcação; e assi por isto, como por tambem não virem aqui navios do Reino, por não haver aqui engenhos de assucar, deixam os Padres muitas vezes de dizer a missa por falta de vinho, e padecem outras necessidades que seria largo contal-as.<sup>122</sup>

<sup>119</sup> NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil, 1549-1560 – Cartas Jesuíticas I*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Edusp. 1988. p. 153-154.

<sup>120</sup> LEITE, 2004, p. 80.

<sup>121</sup> CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 120.

<sup>122</sup> NAVARRO, 1988, p. 363.

Mesmo diante de todas essas dificuldades os jesuítas conseguiram iniciar seu propósito missionário de promover a catequização dos indígenas segundo o que defendia a bula *Sublimus Dei* e o padroado. Logo, a conversão do gentio, como já foi visto, deveria se basear na capacidade de oratória da palavra de Deus e nas boas práticas cristãs. Essas asserções foram posteriormente enfatizadas pelas constituições. Segundo elas a Companhia

[...] foi instituída principalmente para o aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristãs, e para a propagação da fé, por meio de pregações públicas, do ministério da palavra de Deus, dos Exercícios Espirituais e obras de caridade, e nomeadamente pela formação cristã das crianças e dos rudes, bem como por meio de Confissões, buscando principalmente a consolação espiritual dos fiéis cristãos.<sup>123</sup>

Desse modo os primeiros jesuítas que atuaram no Espírito Santo iniciaram o processo de catequização seguindo as determinações da Igreja e da ordem, mas perceberam que por mais que atuassem e conseguissem converter os índios, rapidamente sua obra revertia ao ponto inicial, visto que muitos indígenas voltavam à tribo, fugiam ou simplesmente esqueciam a doutrina que por ora estavam a aprender. As tradições culturais desses ameríndios como o nomadismo, a antropofagia e a difícil questão de associar concepções europeias à cultura brasileira, tornou uma tarefa quase impossível, nos moldes pretendidos até então, o processo de conversão à doutrina católica. Junte-se a isso a vida desregrada de vários colonos, muitos degredados, que não respeitavam as tradições religiosas católicas e serviam de mau exemplo aos silvícolas, além dos constantes ataques dos colonos para conseguir de forma rápida mão de obra escrava, ataques esses que se davam através da força ou da persuasão para que uns vendessem outros na condição de cativo.

Afonso Brás, em carta escrita em 24 de agosto de 1551 para os irmãos da Companhia de Jesus de Coimbra, demonstra como era inconstante a doutrinação dos índios da capitania espírito-santense nos primeiros tempos. Em suas palavras:

Todo dia fazemos a doutrina aos escravos dessa vila, que são muitos. Não ousa aqui batizar esses gentios tão facilmente, ainda que o peçam muitas vezes, porque temo sua inconstância e pouca firmeza, senão quando estão à beira da morte. Têm aqui muito pouca confiança neles, porque são mui mudáveis e parece aos homens impossível que venham a ser bons cristãos, porque já aconteceu de os cristãos batizarem alguns deles que tornaram a fugir para os gentios e andam depois ainda piores do que antes, e tornam-se a meter em seus vícios e a comer carne humana. O mesmo fazem alguns que já estiveram em Portugal. Nosso Senhor queira por Sua infinita misericórdia ter piedade de tantas almas perdidas e tão apartadas e esquecidas de seu Criador. São tantos e é a terra tão grande, e vão em tanto

<sup>123</sup> CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 29.

crescimento, que se não estivessem em contínua guerra e se não se comessem uns aos outros, não poderia aqui caber.<sup>124</sup>

Portanto, a forma como atuavam no processo de conversão não dava resultados efetivos, mesmo os inacianos sendo pessoas cultas e bem instruídas, não conseguiam utilizar seu poder de oratória para enfatizar o objetivo missionário da Companhia de Jesus. Importante frisar que nos primeiros anos de sua atuação no Espírito Santo os jesuítas agiram também como párocos, uma vez que a capitania estava destituída desse tipo de sacerdote. Assim celebraram missas, prestavam assistências, recaindo sobre eles todo peso dos ministérios.<sup>125</sup>

Tinham um grande contato com os colonos e gentios em função de todas as suas atribuições, mas não obtiveram êxito no processo de conversão. Havia a necessidade de se buscar uma nova forma de atuarem na capitania, já que Vitória foi se estabelecendo como sede da ordem no Espírito Santo. Um dos principais objetivos da atuação missionária, no entanto, estava devassado e precisava ser reparado, ou seja, um novo caminho para a catequização deveria ser arranjado. Faz-se necessário, então, entender como a ordem inaciana resolveu esse problema que possibilitou a criação de uma série de aldeias jesuíticas na capitania espírito-santense. Este assunto será tratado no seguimento da pesquisa.

## **2.2 Missão Civilizadora: A nova abordagem de catequese jesuítica e suas implicações no Espírito Santo**

Após 10 anos da presença jesuítica no Brasil, Manuel da Nóbrega, então primeiro provincial, encontrava-se desacreditado quanto à possibilidade do empreendimento da catequese.<sup>126</sup> A ordem criada para “[...] o aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristãs, e para propagação da fé”<sup>127</sup> não alcançava resultados imediatos no continente americano. Havia uma necessidade de mudar a forma como pretendiam promover a conversão dos gentios, uma vez que esses, em função das suas características culturais, mostravam-se pouco confiáveis quanto à devoção ao qual aceitavam a doutrina católica.<sup>128</sup>

Muitas vezes os gentios deixavam o local onde estavam sendo catequizados e retornavam as matas voltando aos antigos costumes considerados pagãos entre os

<sup>124</sup> BRÁS, Afonso. *Carta aos padres e irmãos de Coimbra* (1551) apud LEITE, 1954, p. 274-275.

<sup>125</sup> LEITE, 2004, p. 77.

<sup>126</sup> SALETTO, 1998, p. 89.

<sup>127</sup> CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 29.

<sup>128</sup> LEITE, 1954, p. 452.

inacianos.<sup>129</sup> Em face disso, Nóbrega percebe a necessidade de usar as autoridades portuguesas para conseguir imprimir a conversão definitiva. Nesse seu esboço cria a Aldeia e as várias atribuições dos jesuítas e autoridades coloniais nessa nova instituição missionária.<sup>130</sup>

Para implementar a catequização frente aos gentios, Nóbrega teve que mudar conceitos até então seguidos pelos inacianos, como a noção de legitimidade dos governantes sobre povos que consentiam serem governados através do medo. Assim, os portugueses seriam fundamentais no processo de conversão ao impor o medo<sup>131</sup> do domínio sobre os ameríndios. Aqueles que não aceitassem essa subordinação poderiam ser presos e escravizados através da chamada guerra justa.<sup>132</sup>

A atuação jesuítica, então, se assemelhava, para dizer o mínimo, a agentes políticos que inovavam em justificativas conceituais e teóricas para legitimar suas ações conforme elas iriam transcorrendo. Nessa perspectiva há uma mudança conceitual.

Mudança conceitual deve ser entendida como o resultado altamente imaginativo do processo pelo qual agentes políticos tentam resolver os problemas que encontram ao tentarem entender e transformar o mundo ao seu redor [...] Teorias, por outro lado, devem ser entendidas como tentativas racionais e intencionais de se resolver problemas práticos e especulativos por opiniões políticas, ações e práticas.<sup>133</sup>

Mas a Companhia de Jesus deveria ser totalmente obediente a Igreja e ao Papa, como observamos em um trecho dos Exercícios Espirituais de Loyola.

Para em tudo acertar, devemos estar sempre dispostos a crer que o que nos parece branco é negro, se assim o determina a Igreja hierárquica; persuadidos de que entre Cristo Nosso Senhor – o Esposo – e a Igreja – sua Esposa – não há senão um mesmo Espírito, que nos governa e dirige para a salvação das nossas almas.<sup>134</sup>

Sendo assim, ao querer mudar a forma de atuação no Brasil, na conversão do gentio, não caracterizaria essa atitude, uma transgressão às diretrizes até então impostas? Como vimos, conforme as dificuldades e singularidades da atuação transcorriam na América, houve a necessidade de se fazer reformulações. Mas não se pode apregoar a isso algum tipo de desobediência, uma vez que os inacianos, conforme a necessidade faziam releituras de termos, conceitos e teorias estabelecidas, promovendo uma espécie de convencimento da alta hierarquia de que suas atuações continuavam seguindo os preceitos cristãos apregoados.

<sup>129</sup> SALETTO, 1998, p. 29.

<sup>130</sup> EISENBERG, 2000, p. 13.

<sup>131</sup> EISENBERG, 2000, p. 108.

<sup>132</sup> EISENBERG, 2000, p. 18-19.

<sup>133</sup> FARR. *Understanding Conceptual Change Politically* apud EISENBERG, 2000, p. 17.

<sup>134</sup> LOYOLA, Inácio de. *Exercícios espirituais*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 191-192.

Até por que, segundo as Constituições, o entendimento de obediência às ordens só era válido quando

[...] aquele que obedece quer a mesma coisa que aquele que manda; obediência de entendimento, quando sente como ele, e acha estar bem mandado aquilo que se manda. A obediência é imperfeita quando há execução, mas não há conformidade de querer e sentir entre quem manda e quem obedece.<sup>135</sup>

No período em que Nóbrega estava insatisfeito com a situação da ordem no processo de conversão dos índios, as Constituições, que datam de 1558<sup>136</sup> e continham instruções de como obedecer, ser prudente, organizar missões, escolas e escrever cartas jesuíticas<sup>137</sup>, ainda não haviam sido publicadas. É perceptível, portanto, que muitas normas adotadas pela ordem foram sendo sistematizadas conforme ocorriam as atuações e os inacianos se defrontavam com situações singulares que até então não se tinha ideia.<sup>138</sup>

Como a catequização era algo novo houve a necessidade de mudar a forma como estava sendo implementada. Nóbrega, então, escreveu para o padre Miguel de Torres, provincial de Portugal, o seu Plano Civilizador explicando de forma detalhada como deveriam ser as ações jesuíticas no processo de execução da catequese perante os gentios. Importante observar que ele escreveu para um jesuíta do mesmo grau que o seu da hierarquia da ordem, quando o mais correto seria se dirigir a um superior, como o superior geral de Roma. Percebemos aqui uma tentativa de conseguir apoio da Coroa Portuguesa, uma vez que Miguel de Torres era provincial desse país e detinha certa influência sobre as autoridades locais. Logo, conseguindo a simpatia de Torres quanto ao plano civilizador, seria mais fácil obter o apoio do governo português.<sup>139</sup>

Para se entender de forma mais aprofundada a ideia de Nóbrega, serão transcritos trechos de dois documentos que lançaram as bases teóricas dessa nova metodologia de conversão pretendida pelo primeiro provincial do Brasil. Na primeira transcrição temos o Diálogo sobre a conversão do gentio [1556-1557], escrito por Nóbrega em uma espécie de conversação aristotélica entre o Padre Gonçalo Alvarez, que atuou na capitania do Espírito Santo como tradutor, e o Padre Matheus Nogueira, conhecido por sua habilidade como ferreiro.<sup>140</sup> Noutro documento serão apresentados trechos da carta direcionada a Miguel de

<sup>135</sup> CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 174-175.

<sup>136</sup> EISENBERG, 2000, p. 35.

<sup>137</sup> EISENBERG, 2000, p. 44.

<sup>138</sup> EISENBERG, 2000, p. 46.

<sup>139</sup> EISENBERG, 2000, p. 13.

<sup>140</sup> EISENBERG, 2000, p. 222.

Torres, então provincial de Portugal. Esses trechos darão direcionamento e uma melhor compreensão das pretensões jesuíticas com relação à catequese dos indígenas no Brasil.

Observemos o que diz o diálogo entre Padre Alvarez e Nogueira:

DIÁLOGO SOBRE A CONVERSÃO DO GENTIO DO P. MANUEL DA NÓBREGA [BAÍA 1556-1557] Gonçalo Alvarez; - Deixemos, isto! Sou tão descuidado que logo me esquece que esperais, como vos louvarão, como o fio quente quando o batem! Eu me guardarei de vos dar mais martelada porque me não queime. Por amor de Deus que me digais algumas das rezõis que os Padres dão pera estes gentios virem a ser christãos? Que alguns tem asertado que trabalhamos debalde, ao menos até que este gentio não venha a ser mui sogeito, e que com medo venha a tomar fee.

Nogueira: - E isso que aproveita se fossem christãos por força, e gentios na vida e nos costumes e vontade?

Gonçalo Alvarez: - Aos pais, dizem os que tem esta opinião, que pouco, mas os filhos, netos e dahi por diante o poderião vir a ser, e parece que tem rezão.

Nogueira: - E a mi sempre me pareceo este muito bom e melhor caminho, se Deus assi fizesse, que outros. Não falemos em seus segredos e potencia e sabedoria que não há mister conselheiros, mas humanamente como homens assi falando, este parece o melhor e o mais certo caminho.<sup>141</sup>

Além do diálogo acima apresentado, complementa a carta de Nóbrega para Torres.

CARTA DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. MIGUEL DE TORRES, LISBOA [BAÍA 8 DE MAIO DE 1558] Depois que o Brasil é descoberto e povoado, têm os gentios mortos e comidos grande número de cristãos e tomadas muitas naus e navios e muita fazenda. E trabalhando os cristãos por dissimular estas cousas tratando com eles e dando-lhes os resgates com que eles folgam e têm necessidade, nem por isso puderam fazer deles bons amigos, não deixando de matar e comer, como e quando puderam. [...] se o gentio fosse senhoreado ou despejado, como poderia ser com pouco trabalho e gasto, e teriam vida espiritual, conhecendo a seu criador e vassalagem a S. A. e obediência aos cristãos, e todos viveram melhor e abastados e S. A. teria grossas rendas nestas terras.

Este gentio é de qualidade que não se quer por bem, senão por temor e sujeição, como se tem experimentado, e por isso se S. A. os quer ver todos convertidos mande-os sujeitar [...] Sujeitando-se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver escravos mal havidos e muitos escrúpulos, porque terão os homens escravos legítimos, tomados em guerra justa.<sup>142</sup>

Analisando os dois documentos, percebe-se que a *hijuela*<sup>143</sup> escrita para Miguel de Torres inaugurou uma nova visão do gentio, sendo esse considerado uma espécie de besta que de forma alguma aceitava a doutrinação, sendo capaz de continuar atacando os colonos e sempre que possível praticando o canibalismo contra os mesmo. Chama atenção o fato de a visão tomista de inocência desses povos não estar referendada na carta de Nóbrega, sendo que a única forma de promover a sua subordinação seria através do medo.

<sup>141</sup> NÓBREGA, Manuel da. *Diálogo sobre a conversão do gentio* (1556-1557). In: EISENBERG, 2000, p. 228.

<sup>142</sup> CARTA do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres (1558). In: EISENBERG, 2000, p. 238-239.

<sup>143</sup> EISENBERG, 2000, p. 21.

Outro ponto que merece destaque é o enfoque dado à questão econômica.<sup>144</sup> Segundo Nóbrega, o ameríndio subordinado daria ao rei vasta renda nessas terras, pois a quantidade de mão de obra disponível aumentaria sensivelmente. Esses gentios trabalhariam nas aldeias e fazendas jesuíticas ou, caso não aceitassem a subordinação, poderiam ser feitos de escravos através da guerra justa<sup>145</sup>, sendo utilizados de maneira legítima como cativos para os colonos. Ou seja, se aprovado essa nova maneira de catequizar todos se beneficiariam, os jesuítas que continuariam sua obra missionária, os colonos que conseguiriam mão de obra escrava legítima para seus empreendimentos e a Coroa Portuguesa que aumentaria suas rendas, mas é fácil perceber que para os índios essa não seria uma boa alternativa.<sup>146</sup>

Lembrando que a priori a Igreja não considerava a situação dos índios como cativos, segundo a bula *Veritas Ipsa*, assinada por Paulo III.

Os gentios “[...] não estão privados nem devem sê-lo de sua liberdade.”<sup>147</sup> Perpassando a carta de Nóbrega, porém, nota-se uma mudança de panorama. Como já mencionado, isso se dava de acordo com o andar da atuação da recém-criada ordem, que ao se deparar com desarranjos na forma de proceder, buscava novos paradigmas, retóricas e reinterpretções doutrinárias para defender seu ponto de vista.

Há de se perceber que todas essas prerrogativas pretendidas por Nóbrega foram aceitas e as reformas começaram a ser implementadas em toda costa brasileira.<sup>148</sup> Isso demonstra como a ordem estava bem equiparada no sentido de apoio político a suas ações tanto no que diz respeito às autoridades de Portugal, a começar pelo rei, como nas autoridades coloniais, com o governador geral Mem de Sá.<sup>149</sup>

No que tange a Igreja, os papas desse período, criaram uma série de bulas que visavam dar garantias e mais autonomia a atuação da ordem. Dessa forma, podemos citar o papa Pio IV que assinou a bula *In supereminetis*, em 28 de janeiro de 1561, dando poderes aos jesuítas para perdoar os pecados dos índios e para realizar casamentos consanguíneos de terceiro e quarto graus, ou o papa Pio V, em 15 de dezembro de 1567, emitiu as bulas *Cum Gratiarum Omnium* e *Cupientes pro Dispensatione*, que versava sobre matrimônio indígena e indulgências para quem visitasse hospitais e igrejas mantidos pelos inacianos.<sup>150</sup>

<sup>144</sup> NÓBREGA, Manuel da. *O Plano Civilizador*. MBII-6. p. 448. apud EISENBERG, 2000, p. 111.

<sup>145</sup> SALETTO, 1998, p. 90.

<sup>146</sup> EISENBERG, 2000, p. 115.

<sup>147</sup> BULA *Veritas Ipsa* (1537). Disponível em: <[http://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/veritas\\_ipsa/](http://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/veritas_ipsa/)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>148</sup> EISENBERG, 2000, p. 89.

<sup>149</sup> SALETTO, 1998, p. 89.

<sup>150</sup> EISENBERG, 2000, p. 115.

Com todo esse apoio, as reformas foram executadas, sendo as aldeias organizadas seguindo as determinações de Nóbrega.

A lei, que lhes hão-de dar, é defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do Governador, fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos: fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte, se não for para entre cristãos, tendo terras repartidas que lhes bastem, e com estes Padres da Companhia para os doutrinarem.<sup>151</sup>

Após essa reforma, a atuação política dos inacianos aumentou no aspecto da sua administração e influência nas aldeias e também sua interferência junto às autoridades coloniais.<sup>152</sup> Nessa perspectiva, a capitania do Espírito Santo nos dá uma dimensão de como essa atuação política foi utilizada pelos inacianos para conseguir maior quantidade de gentios para o aumento e desenvolvimento de suas aldeias e assim obter o sucesso de suas ações missionárias. Dessa forma, Belchior de Azeredo, que substituiu Vasco Coutinho no governo, atuou no sentido de provocar uma maior sujeição dos gentios, como pretendia a reforma imposta por Nóbrega, e aumentou de forma significativa o número de índios aldeados na capitania, promovendo, por exemplo, a criação da aldeia de São João.<sup>153</sup>

Esse auxílio de Azeredo certamente passou pelo crivo jesuítico, como nos mostra Leite. Ele utilizava os serviços do padre Brás Lourenço como uma espécie de conselheiro, tomando vários conselhos a respeito de como proceder em várias situações. “Todos os seus negócios e coisas de consciência comunica sempre com o Padre Brás Lourenço, a quem tem muito crédito, e obediência *in Domino*, e é muito nosso familiar, e nos manda comumente ajudar com suas esmolas.”<sup>154</sup>

A atuação jesuítica em assuntos políticos de fato ficou mais robusta, sendo que esses passaram a atuar inclusive na mudança da condução da administração da capitania espírito-santense, como o fez José de Anchieta que apoiou Marco de Azevedo, dono de grande engenho e conhecido sertanista, para alcançar o posto de Provedor dos Defuntos e Ausentes e, posteriormente, Provedor da Fazenda Real. Anchieta utilizou de sua influência e de complicadas transações junto ao governo-geral para conseguir colocar quem queria no citado cargo administrativo.<sup>155</sup>

<sup>151</sup> CARTA do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres (1558). In: EISENBERG, 2000, p. 240.

<sup>152</sup> EISENBERG, 2000, p. 129.

<sup>153</sup> SALETTO, 1998, p. 31.

<sup>154</sup> LEITE, 1954, p. 465.

<sup>155</sup> SALETTO, 1998, p. 70.

No que tange ao processo das reduções e a implementação da sujeição e do medo para conversão dos gentios, o Espírito Santo foi uma das capitanias de destaque nessa metodologia, principalmente quando José de Anchieta tornou-se provincial do Brasil em 1577. Sua relação com a capitania se estreitou e dezenas de expedições, que alcançaram os estados de Minas Gerais e Goiás, trouxeram uma grande quantidade de índios que foram fundamentais na fundação de novas aldeias e fortalecimento de outras que já haviam se estabelecido.<sup>156</sup>

As duas aldeias já existentes, da Conceição e de São João, que haviam sobrevivido com muita dificuldade, tomaram a se desenvolver e já contavam com 3 mil índios cristãos em 1584 e 9 mil em 1591, somando cristãos e os que se preparavam para o batismo. Foram fundadas novas e populosas aldeias - Reritiba (Anchieta), Reis Magos (Nova Almeida) e Guarapari, as quais, dirigidas por jesuítas famosos como catequistas e sertanistas, tomaram-se importantes focos da atividade missionária. Entre eles, destaca-se Diogo Fernandes, nascido no Espírito Santo e aluno de Anchieta em São Paulo, que dirigiu a aldeia de Reritiba, na qual residiu até o fim da vida.<sup>157</sup>

Faz-se necessário compreender como estavam estruturadas essas novas aldeias fundadas na capitania do Espírito Santo e que agora seguíam uma nova perspectiva de doutrinação pensada e efetivada por Manoel da Nóbrega através do seu Plano Civilizador que contava com o apoio das autoridades seculares e espirituais metropolitanas e coloniais. Esse cenário será objeto de aprofundamento da próxima parte desse trabalho.

---

<sup>156</sup> SALETTO, 1998, p. 58-59.

<sup>157</sup> SALETTO, 1998, p. 59.

### 2.3 As aldeias jesuíticas no Espírito Santo

As informações sobre os índios que habitavam o Espírito Santo, sua localização e seus grupos étnicos são poucas e um tanto contraditórias. Dessa forma, Nara Saletto aponta duas etnias principais na capitania, na região norte, dominada basicamente por tupiniquins, e no sul, por goitacás.<sup>158</sup> Como já foi destacado, a fundação da primeira aldeia jesuítica na capitania contou com a participação dos índios do Rio de Janeiro, mais precisamente os gentios liderados por Gato Grande.

Essa primeira aldeia, fundada em 1555, ainda não estava organizada segundo as novas premissas de subordinação pelo medo defendida por Manuel da Nóbrega, por isso, ao analisarmos de forma mais aprofundada a aldeia de Gato Grande e outras criadas posteriormente, será possível observar a diferença de tratamento com os índios, por parte dos jesuítas e colonos, e a nova metodologia jesuítica de sujeição pelo medo no processo de ação missionária da catequese.

A tribo de Gato Grande, os maracajás, era aliada dos portugueses no Rio de Janeiro e atuavam no combate a gentios insubordinados, corsários e piratas. Assim, antes de chegarem ao Espírito Santo, já se destacavam como importantes coligados dos colonos na expulsão e combate aos vários inimigos. Em função de fortes conflitos contra os tamoios, aliados dos franceses, e se vendo cercados, pediram auxílio para o donatário Vasco Fernandes Coutinho, sendo atendidos e trazidos para capitania.<sup>159</sup>

Por conseguinte, foi fundada a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição, tendo Brás Lourenço e Fabiano de Lucena como os principais jesuítas que atuaram no processo de conversão e proximidade com os membros da tribo. Faz-se notar o cuidado que os inacianos tiveram para ganhar a confiança das principais lideranças, no sentido de conseguir a simpatia dos mesmos e o processo de catequese ocorrer de forma mais rápida e sistematizada. Desse modo, a mulher de Gato Grande, o próprio chefe e lideranças como Matanin, considerado um doutor entre os maracajás, foram convertidos, graças às visitas diárias de Lucena<sup>160</sup>, que desenvolveu um trabalho intenso de conversão, sendo transportado em canoas pelos meninos de Vitória, pregando sempre na parte da manhã antes dos índios irem trabalhar.<sup>161</sup>

As próprias autoridades coloniais, como Vasco Fernandes Coutinho, tiveram todo um cuidado de agradar e se aproximar dessa primeira aldeia que estava em processo de

<sup>158</sup> SALETTO, 1998, p. 83.

<sup>159</sup> CARVALHO, 1982, p. 67-70.

<sup>160</sup> SALETTO, 1998, p. 31.

<sup>161</sup> CARVALHO, 1982, p. 69.

catequização, sendo que as principais lideranças da tribo foram batizadas com os nomes dos dirigentes mais importantes da capitania e em algumas cerimônias sentavam ao lado do donatário, o que demonstra toda a importância e diferença de tratamento dada à primeira aldeia que ainda estava em processo de consolidação.

Como já foi discutido e analisado anteriormente, nesse período, a mentalidade e forma de atuar inaciana ainda apregoava a doutrinação pela palavra de Deus e pelas boas práticas cristãs católicas, além da visão tomista de inocência dos gentios que não conheciam a verdadeira fé. O uso da palavra de Deus todos os dias na parte da manhã pelo padre Fabiano de Lucena nos dá uma noção de como ocorria esse processo de conversão, em que os inacianos, utilizando-se dos meninos da Casa de Vitória, que estavam em uma situação mais avançada de doutrinação católica, se faziam acompanhar. Atuava no horário que consideravam mais propício para que todos pudessem ouvir a pregação, atingindo todos os membros da tribo e seguindo os preceitos de catequização estabelecidos naquele período.

Assim, os maracajás estavam sob autoridade e proteção dos jesuítas, mas logo veio à mudança da forma de condução do processo de doutrinação dos gentios e a subordinação pelo medo, defendida por Manoel da Nóbrega, sendo a mesma aplicada e efetivada pelo governador-geral Mem de Sá. Nessa nova perspectiva de aldeia, os inacianos não poderiam atuar em assuntos que não fosse o religioso, logo foi necessária a criação do cargo de protetor da aldeia. Esse deveria punir os índios em caso de violação das regras e protegê-los dos ataques de colonos, ou seja, cuidar de assuntos temporais. Mas havia dificuldade em controlar essa situação e muitas vezes eram praticadas barbáries contra os gentios, dessa forma “[...] o cargo de protetor foi mais tarde extinto, criando-se em seu lugar o posto de meirinho. O meirinho era um nativo, geralmente escolhido entre os chefes indígenas forçados a viver na Aldeia, que tinha a função de policiar a comunidade.”<sup>162</sup> No caso da aldeia de Nossa Senhora da Conceição o meirinho escolhido foi Gato Grande.<sup>163</sup>

Segundo Manoel da Nóbrega, mesmo sobre a proteção dos jesuítas e meirinhos, os ataques dos colonos sobre essas aldeias começaram na Bahia e atingiram o Espírito Santo.

Depois que isto se praticou na Bahia, se aceitou também no Espírito Santo principalmente com a geração que chamam do Gato (os maracajás), por estarem mais sujeitos, em os quais se fizeram muitas desumanidades, e fazem neste dia, e o mesmo se pratica onde o gentio tem qualquer sujeição ou obediência aos cristãos.<sup>164</sup>

<sup>162</sup> EISENBERG, 2000, p. 128.

<sup>163</sup> SALETTO, 1998, p. 23.

<sup>164</sup> LEITE, Serafim. (org.). *Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940. p. 124.

Ou seja, os jesuítas, que tinham defendido o processo de conversão dos gentios através da sujeição e medo, contaram com a atuação dos colonos para obrigar os índios à subordinação. Os que não aceitassem estariam subordinados à guerra justa para transformá-los em cativos, fato que possibilitou a obtenção de um grande número de mão de obra indígena que foi empregada nas lavouras existentes. Mas os inácianos viram os colonos atacarem as aldeias controladas por eles, ficando impotentes perante a situação.<sup>165</sup>

Nesse complexo sistema de conversão do gentio, o Espírito Santo, como já foi mencionado, se destacou como uma das capitâneas que mais recebeu índios, principalmente quando José de Anchieta se tornou provincial do Brasil e acabou se aproximando da capitania com visitas quase que anuais. No que concerne à fundação de novas aldeias na capitania, encontramos aqui uma problemática referente ao número exato e a localização, dificuldade essa que não é singular ao Espírito Santo.

Serafim Leite imputa a Anchieta uma informação do ano de 1581, em que havia 10 aldeias na capitania, sendo que duas sob a administração direta dos padres, outras quatro ao sul e quatro ao norte.<sup>166</sup> Mas o catálogo jesuítico do século XVI aponta quatro grandes aldeias, sendo essas: São João, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Assunção e a dos Santos Reis Magos. Em seu trabalho sobre a atuação jesuítica no Espírito Santo, José Antônio Carvalho fez uma análise da documentação histórica sobre o assunto e constatou que a aldeia de Nossa Senhora da Conceição, que consta no último catálogo do século XVI, na verdade se referia à aldeia de Guarapari.<sup>167</sup>

Mesmo com essa dificuldade de se precisar sobre a fundação das aldeias na capitania, elas tiveram que se adequar às novas determinações impostas pelo Plano Civilizador de Nóbrega.

Os índios que viviam nas Aldeias seriam proibidos de entrar em guerra contra os portugueses, canibalismo e poligamia seriam banidos, e os jesuítas ficariam encarregados da catequização. As leis foram também projetadas com vistas a contornar os obstáculos à conversão já identificados por Nóbrega e seus colegas. Os índios deveriam viver uma vida gregária, migrações eram proibidas, os pajés não seriam aceitos nas Aldeias, os nativos seriam forçados a vestir roupas e estariam sujeitos às mesmas leis que os cristãos europeus.<sup>168</sup>

Dentre essas regras defendidas por Nóbrega, chama atenção o fato dos pajés não serem aceitos. Isso se deu pela rivalidade que passaram a ter com os jesuítas em função da sua

<sup>165</sup> SALETTO, 1998, p. 24.

<sup>166</sup> LEITE, 2004, p. 230.

<sup>167</sup> CARVALHO, 1982, p. 74.

<sup>168</sup> EISENBERG, 2000, p. 113.

capacidade de conseguir contato com os espíritos, curar doenças e serem influentes perante sua capacidade de oratória. Em alguns casos a reputação do pajé era tão forte que membros de outras tribos também o referendavam. Nesses casos o pajé ganhava um grau de importância muito alto e eram chamados de caraíbas ou pajés-guaçu, sendo tratados como profetas. É perceptível que todas essas funções eram praticadas também pelos inacianos, daí perceberem nos pajés uma liderança dentro das tribos que não contribuía para o processo de conversão, por isso mesmo foram excluídos da aldeia.<sup>169</sup>

Essa influência dos pajés se dava, principalmente, em função de sua capacidade de curar doenças, por isso os jesuítas passaram a utilizar dessa prerrogativa para conseguir mais rapidamente o respeito e simpatia da tribo. A atuação inaciana na cura dos enfermos tem sua origem no Novo Testamento, onde Jesus aparece como curador das almas e dos enfermos<sup>170</sup>, mas no que tange a atuação nas aldeias, a percepção da influência dos pajés teve um grande peso nessa nova abordagem. Segundo Anchieta,

Acudimos a todo genero de pessoas, Portuguêz e Brasil, servo e livre, assim em as cousas espirituais como em as corporais, curando-os e sangrando-os, porque não há outro que o faça, e principalmente as sangrias são aqui mui necessarias... assim com isto temos melhor entrada com eles para lhes dar a entender o que toca à saúde de suas almas.<sup>171</sup>

No Espírito Santo ocorreram surtos de doenças que provocaram a mortandade de um grande número de gentios dentro das aldeias controladas pelos jesuítas. Segundo Nara Saletto,

Em 1559, foi assolado por uma epidemia de infecção pulmonar e desinteria hemorrágica que atacou todo o litoral da colônia. Teria sido trazida para o Espírito Santo por índios que fugiam do Rio de Janeiro, e causou a morte de cerca de 20% da população indígena que vivia em contato com os brancos. Na década seguinte temos notícia de duas: uma de varíola, em 1564, que acometeu com maior intensidade aldeia da Conceição - primeiro aldeamento da capitania, recentemente fundado - onde chegou a provocar 3 a 4 mortes por dia. No ano seguinte, um novo surto epidêmico dizimou a população indígena. Nas duas décadas seguintes não encontrei registro de novas ocorrências, o que não significa que não tenham existido, sobretudo em áreas mais restritas, que escapariam com maior facilidade ao registro de nossas fontes, tão incompletas. Nos anos 90 há menção a duas, sucessivas, sendo a última, de 95, acompanhada de terrível seca. Com o passar do tempo, a população indígena foi adquirindo imunidade às doenças dos europeus, mas a 'descida' contínua de novos grupos do interior, até então isolados, favorecia o aparecimento de surtos localizados<sup>172</sup>.

<sup>169</sup> EISENBERG, 2000, p. 68.

<sup>170</sup> EISENBERG, 2000, p. 80.

<sup>171</sup> CARTA do P. José de Anchieta ao general Diogo Lainez. In: EISENBERG, 2000, p. 79.

<sup>172</sup> SALETTO, 1998, p. 85-86.

Essas epidemias foram acompanhadas de perto pelos inacianos no Espírito Santo, o que reforçava sua posição dentro da aldeia como capazes de curarem doenças, conseguindo mais influência junto aos gentios e de certa forma substituindo a atuação dos pajés dentro das tribos.

Conforme a influência sobre as aldeias ia aumentando, pelo fato de que os jesuítas não quisessem tanta proximidade com os colonos, houve um afastamento das reduções que estavam sendo fundadas com o núcleo da colonização. Isso reforça a ideia, já discutida nesse trabalho, sobre o aumento do poder político e maior participação nos assuntos temporais por parte dos inacianos, depois que as reformas de Nóbrega passaram a ser implantadas. Portanto, segundo Carvalho, no Espírito Santo

[...] os jesuítas não gostavam da intromissão do leigo em ‘suas’ aldeias como capitães dos índios. Sujeitavam-se a isso devido às ordens reais, que acatavam, e até persuadiam os índios a aceita-las. Mas, no fundo, buscaram sempre assentar-se longe dos ‘centros civilizados’, isto é, das sedes das capitâneas, do convívio do português, para evitar conflitos com os colonizadores e trabalhar junto aos índios com maior liberdade de ação. Assim, a escolha de Reritiba e Reis Magos, ao sul e norte, respectivamente, da vila, era a certeza da distância do colonizador. Quando as ordens reais voltaram a determinar que o capitão-mor da aldeia fosse um índio, de acordo com os padres, já os jesuítas se haviam fixado, definitivamente, nessas duas aldeias, abandonando quase todas as outras, pois aos poucos transferiram todos os índios que os quiseram acompanhar a Reis Magos ou Reritiba.<sup>173</sup>

Faculdade Unida de Vitória

Com essa postura mais política dos jesuítas e com o receio de que esses se vinculassem pelo lado temporal, a ordem jesuítica criou o cargo de visitador que deveria investigar se as “Constituições da Companhia de Jesus estavam sendo seguidas conforme as práticas espirituais e temporais.”<sup>174</sup> Dessa forma, em 1566, foi enviado o visitador Inácio de Azevedo, que esteve também na capitania do Espírito Santo, para analisar a suspeita que os padres estavam violando o direito canônico no exercício de atividades temporais de forma direta. Logo, podemos perceber que a atuação inaciana já atingia outro nível nesse curto período de exercício no século XVI.<sup>175</sup>

<sup>173</sup> CARVALHO, 1982, p. 81.

<sup>174</sup> ASSUNÇÃO, 2004, p. 82.

<sup>175</sup> EISENBERG, 2000, p. 129.

### 3 ATUAÇÃO JESUÍTICA: MUITO ALÉM DA CATEQUESE

Como já foi mencionada anteriormente, a atuação inaciana além-mar tinha especificações bem definidas quanto aos seus principais objetivos, como podemos observar nas Constituições Jesuíticas que ficaram prontas em 1550.<sup>176</sup> Assim, segundo essas leis “[...] o objetivo e fim desta Companhia percorrer as diferentes partes do mundo, às ordens do Supremo Vigário de Cristo Nosso Senhor, ou do Superior da Companhia, para pregar, confessar e utilizar todos os meios possíveis de ajudar as almas, com a divina graça, [...]”<sup>177</sup>

Nesse sentido os jesuítas deveriam converter os infiéis, que no caso do Brasil eram os índios, e ao mesmo tempo fundar colégios com o propósito de promover uma doutrinação cristã. Para tanto, a ordem inaciana se utilizou do ensino das primeiras letras, ao qual adotaram o plano de estudos denominado *Ratio Studiorum*, que corresponde aos atuais níveis fundamental, médio e superior.<sup>178</sup>

No que tange a questão da doutrinação dos infiéis, como já foi elucidado, a Companhia de Jesus fundou uma série de aldeias que tinha por intento provocar a catequização definitiva dos indígenas, afastando-os do contato com outros índios que não aceitavam a conversão e ao mesmo tempo mantendo-os em um regime controlado pelos religiosos para que pudessem efetivamente convertê-los na doutrina cristã católica. Nessa lógica, Maria José dos Santos Cunha nos dá uma ideia de como eram organizadas essas aldeias sobre o prisma dos missionários jesuítas.

As fontes insistem na pregação, doutrinação e confissão desenvolvidos numa prática diária que abrangia adultos, jovens e crianças. Começava-se ao romper do dia com a catequese para quem não era ainda cristão, seguia-se a missa, que não era obrigatória aos dias de semana, antes de saírem da área das casas para trabalharem nas roças. O final da tarde era reservado aos batizados para quem eram preparadas sessões de catequese em separado. As crianças ficavam na escola onde aprendiam a ler, escrever e contar e eram educados (...) Os homens eram estimulados a trabalharem nas roças, em regime de propriedade individual, a fazerem plantações e a praticarem uma produção excedentária que garantisse a subsistência da família e pudessem vender aos portugueses.<sup>179</sup>

De forma bem abrangente a atuação inaciana deveria se resumir nessas duas perspectivas apontadas, uma no plano da conversão dos indígenas no Brasil com a prática do

<sup>176</sup> LOYOLA, 2006, p. 111.

<sup>177</sup> CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 115.

<sup>178</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. A Educação na Colônia e os Jesuítas: discutindo alguns mitos. In: PRADO, Maria Lígia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves. (Org.). *À Margem dos 500 Anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 172

<sup>179</sup> CUNHA, 2014, p. 253-254.

que se convencionou denominar de aldeia e por outro lado no cuidado com a educação cristã que abrangia tanto índios como colonos. Mas é observável que a ação dessa ordem foi muito além do que a catequese ou a prática de ensinar. Entender que outras realizações podem ser atreladas aos inacianos e o que as provocou fazem parte do objeto de estudo desse capítulo.

### 3.1 Adaptabilidade jesuítica: Outras ações na capitania

Por que podemos afirmar que a atuação jesuítica vai muito além da catequese e da questão da educação? Para podermos iniciar esse entendimento faz-se necessário conhecer como estava dividida a hierarquia desses religiosos. As atividades dos padres e irmãos jesuítas eram atreladas por um padre Superior da Missão. Esse deveria obediência a um padre Provincial. Os provinciais deveriam acompanhar o andamento de várias missões em seus territórios e eram subordinados a um Visitador, quando esse era considerado necessário em uma dada região. Por conseguinte, o Provincial e o Visitador obedeceriam às ordens do Geral da Companhia, que era subordinada ao Papa.<sup>180</sup>

Como os inacianos estavam espalhados em várias regiões do globo, esse contato, seguindo a lógica hierárquica, era bem comprometido, uma vez que se utilizava de cartas para conseguirem se comunicar, quando não era possível o contato pessoal, que ocorria na maioria das vezes. Assim, dependiam dos seus ensinamentos para resolverem questões singulares que não foram de nenhuma forma pensada pela ordem religiosa. E quando pensamos nas bases teóricas que mantinham unidade a ordem lembramo-nos dos Exercícios Espirituais e das Constituições, sendo que uma obra complementava a outra “As Constituições completam os Exercícios Espirituais, uma vez que estes, cuidam da parte espiritual e individual e aquelas cuidam da vida em grupo, isto é, organizam a Companhia de Jesus e a vida de seus membros.”<sup>181</sup>

Investigando de forma mais profunda essas duas bases teóricas que davam coesão a ordem jesuítica percebemos que elas possibilitavam certa liberdade para os inacianos atuarem de diferentes formas com o propósito de conseguir levar a cabo o ensejo principal que seria a conversão dos gentios e o cuidado com a questão da educação. Uma vez tendo certa liberdade para atuarem em questões que consideravam importantes para esses propósitos, percebemos

---

<sup>180</sup> SABEH, Luiz Antônio. *Colonização Salvícola: os jesuítas e a coroa portuguesa na construção do Brasil (1549-1580)*. 2009. 155 f. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009. p. 42.

<sup>181</sup> ARNAUT, Cézar; RUCKSTADTER, Flávio Massami. *Estrutura e organização das Constituições dos jesuítas (1539-1540)*. Acta Scientiarum, Maringá, v. 24, n. 1, p. 103-113, 2005, p. 117.

que os jesuítas fizeram frente a uma série de situações que fogem do que seria o seu foco inicial.

Mas como os Exercícios Espirituais de Loyola e as Constituições e Normas Complementares Jesuíticas davam essa brecha para que os inacianos tivessem certa liberdade de atuação? Sem que houvesse a necessidade de esperar por meses, ou até anos, uma resposta dos seus superiores, como poderiam agir frente a questões singulares?

Em seu primeiro tópico os Exercícios Espirituais deixam claro o que ele de fato é e qual seu objetivo, assim entende-se

[...] todo o modo de examinar a consciência, de meditar, de contemplar, de orar vocal e mentalmente, e de outras operações espirituais, conforme adiante se dirá. 3 Porque, assim como passear, caminhar e correr são exercícios corporais, da mesma maneira todo o modo de preparar e dispor a alma, para tirar de si todas as afeições desordenadas 4e, depois de tiradas, buscar e achar a vontade divina na disposição da sua vida para a salvação da alma, se chamam exercícios espirituais.<sup>182</sup>

Percebe-se que ele exigia um exercício particular de tomada de consciência, através da meditação e da contemplação, para que o indivíduo conseguisse manter o caminho virtuoso de uma vida cristã. Portanto, trabalha o discernimento para que procure encontrar o caminho do recomendável, do íntegro, do probó. Diante dessas qualidades propostas pelos Exercícios Espirituais os inacianos teriam um maior embasamento diante de situações conflituosas, extraordinárias e raras para atuarem conforme sua consciência. Lembrando que um dos critérios para entrar na ordem era conhecer os Exercícios Espirituais, ou seja, os inacianos estavam aptos, pelo menos em teoria, para conseguirem essa forma superior de contemplação e meditação.<sup>183</sup>

Além dos Exercícios Espirituais, as Constituições, também davam uma base de liberdade para a atuação inaciana. Em um de seus trechos ela afirma que a ordem deveria “[...] utilizar todos os meios possíveis de ajudar as almas, com a divina graça, [...]”<sup>184</sup> Logo, percebemos que ela possibilita uma liberdade de agir de acordo com a capacidade de discernimento. Isso provocou uma certa variedade de ações dos jesuítas ao atuarem no contexto social, político e econômico dentro do Brasil. Portanto,

[...] confrontados a novas situações, a dados desconhecidos do centro romano, isolados de seus superiores, os jesuítas dispersos devem poder agir segundo o seu discernimento, sem prescrições. A adaptabilidade não é imposta pela prática a uma regra que teria sido concebida de forma muito rígida e que se revelaria impossível de

<sup>182</sup> LOYOLA, 1985, p. 05

<sup>183</sup> SABEH, 2009, p. 33-34.

<sup>184</sup> CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 115.

aplicar; ao contrário, ela está prevista nas *Constituições* como sendo a contrapartida necessária a toda regra. Cada regra remete o jesuíta à sua capacidade de discernimento e à sua liberdade de agir.<sup>185</sup>

A própria formação dos inacianos, baseada na Doutrina Casuística, tendo influência do probabilismo, durante a segunda metade do século XVI, provocou um aperfeiçoamento de agir em situações de incertezas de regras morais, estabelecendo que, nesses casos, para não cometer erros, seria melhor seguir uma opinião provável, agindo de acordo com uma opinião plausível e que contasse com defensores respeitáveis.<sup>186</sup> Dessa forma, os jesuítas “[...] com seus acertos e impasses, buscaram estratégias de superação face aos problemas experimentados de modo a conseguir a adaptação do modelo exportado aos fins práticos da conquista das almas.”<sup>187</sup>

Percebemos que a atuação inaciana experimentou diferentes formas de atuar, sendo respaldada por uma conjuntura de delimitações dentro da própria ordem que permitia certas liberdades e adaptações, desde que não provocasse nenhum tipo de problema aos anseios cristãos. Uma vez observada essa questão, vamos exemplificar através da capitania do Espírito Santo algumas dessas formas de agir e se adaptar que caracterizava a ordem inaciana.

Em uma primeira perspectiva chama atenção a forma como a primeira aldeia jesuítica foi inaugurada na capitania espírito-santense. Como já foi mencionado, um dos filhos de Gato Grande, atuando como emissário, chegou ao Espírito Santo procurando Coutinho para tentar trazer sua tribo que se encontrava em perigo no Rio de Janeiro. Como o donatário estava ausente voltou para Guanabara, mas antes conversou com os principais da vila, inclusive com os jesuítas. Estes ficaram sensibilizados e tão logo Coutinho retornou atuaram como advogados dos Temiminós e conselheiros do capitão para que pudessem recebê-los.<sup>188</sup> Percebe-se a laboração inaciana em questões de cunho político, como também sua capacidade de argumentação, astúcia, tenacidade e espírito combativo. Essa postura dos jesuítas de resolver conflitos ou atuar como conselheiros de autoridades, por exemplo, tem por base a pedagogia escolar ao qual estavam atrelados, no qual estimulava a disputa oral entre eles. Promoviam-se tribunais simulados para provar a capacidade de argumentação de cada um, colocando em jogo as qualidades que a ordem admirava.<sup>189</sup>

<sup>185</sup> WITTMANN, Luísa Tombini. Adaptabilidade jesuítica e tradução cultural nas aldeias da América Portuguesa. *Revista História e Cultura*, Franca, v. 3, n. 2, p. 3-27, 2014, p. 05.

<sup>186</sup> VILLALTA, 2002, p. 176.

<sup>187</sup> CUNHA, 2014, p. 96.

<sup>188</sup> CUNHA, 2014, p. 205.

<sup>189</sup> VILLALTA, 2002, p. 174.

No que tange a arquitetura pode-se dizer que foram os primeiros arquitetos da capitania, fundando, no século XVI, colégio, residências, santa casa e templos. Animaram os moradores na edificação de fortes e foram responsáveis, mesmo que de forma indireta, para a construção de obras que atualmente figuram entre as mais importantes do estado do Espírito Santo. Assim, agiram indiretamente na construção dos fortes de São Miguel e de São Marcos que defenderam a cidade do ataque pirata comandado por Thomas Cavendish em 1592.<sup>190</sup> Aliás, deve-se constatar que a ação inaciana na defesa da capitania foi muito mais marcante, orquestrando e animando índios para lutarem contra invasores, ou até mesmo agindo nas linhas de frente da batalha com estandartes de santos, como o fez Brás Lourenço com a bandeira de São Tiago, implorando misericórdia contra um ataque dos franceses.<sup>191</sup>

Ajudaram, também, na construção do Convento da Penha promovido pelo franciscano Frei Pedro de Palácios, em 1558, uma vez que sem a catequese começada por Afonso Brás, em 1551, em Vitória e Vila Velha, Palácios teria dificuldade em encontrar mão de obra para a construção do Convento sete anos depois.<sup>192</sup>

Sobre a fundação da Santa Casa, segundo investigações do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, ela teve origem na Irmandade de Misericórdia, fundada em Vila Velha em 1545, e da qual foi capelão o padre Anchieta, sendo transferida em 1605 para Vitória onde passou a funcionar na Igreja da Misericórdia, construída com produtos de legados beneficentes.<sup>193</sup> Era comum para os jesuítas cuidarem da questão da saúde. Sua ação nessa área pode ser observada em todas as regiões onde se fixaram, obrando no tratamento de doenças e epidemias, como as que ocorreram no Espírito Santo e levaram a óbito grande quantidade de gentios, fundando hospitais, estudando plantas curativas e mantendo eficientes boticas e enfermarias.<sup>194</sup> Os inacianos também atuavam no cuidado de “[...] índios feridos pelas guerras, de parturientes, drenavam pântanos para melhorarem as condições dos aldeamentos e reforçavam a alimentação dos doentes.”<sup>195</sup>

Outro ponto que merece destaque é sobre as realizações inacianas no que concerne a organização de festas, teatros e entronização na capitania do Espírito Santo. Mas, antes de entrar nesse mérito é importante salientar que as Constituições não permitiam a música em celebrações, sobre a justificativa que os jesuítas deveriam se concentrar nas atividades

<sup>190</sup> BITTENCOURT, Gabriel. *Anchieta e a obra jesuítica no Espírito Santo*. Vitória: Edit, 1999, p. 50.

<sup>191</sup> BALESTRERO, Heribaldo Lopes. *A obra dos jesuítas no Espírito Santo*. Viana: s/e, 1979, p. 132.

<sup>192</sup> BALESTRERO, 1979, p.21.

<sup>193</sup> BALESTRERO, 1979, p. 129.

<sup>194</sup> CALAINHO, Daniela Buono. *Jesuítas e Medicina no Brasil*. Tempo, Rio de Janeiro, n. 19, p. 61-75, 2005, p. 62.

<sup>195</sup> CALAINHO, 2005, p. 68.

missionárias, sendo seu tempo demais precioso para ser dispensado em assuntos que a princípio não seria importante. Dessa forma:

Sendo tão importantes as ocupações que assumimos para auxiliar as almas, e tão próprias do nosso Instituto e tão assíduas, e sendo, por outro lado, a nossa residência tão instável, ora neste ora naquele lugar, não recitarão os Nossos as Horas Canônicas em coro, nem celebrarão Missas e Ofícios cantados.<sup>196</sup>

Mas, como já foi analisado e contextualizado no início desse capítulo, os jesuítas tinham certa liberdade para agir e se adaptar as novas perspectivas que eles consideram importantes. Assim, em 1584, foi organizada a festa das onze mil virgens, onde os religiosos estimulavam silvícolas e fiéis para distraí-los e propor o gosto pela religião, por meio de diversões piedosas e tradicionais. Outra festa importante era a de São Maurício, padroeiro de Vitória, realizada a 22 de setembro, que possuía uma confraria destinada aos estudantes e outra aos negros e índios.<sup>197</sup>

Também foi marcante nesse período a entronização na Igreja de Reritiba, no dia 15 de agosto de 1590, da imagem de Nossa Senhora da Assunção, quando organizaram uma grande festa, sendo o auto assistido por muitas pessoas, proclamando a fé no catolicismo e na Virgem Maria. Sobre o teatro anchietano foi organizado os autos: Na noite de Natal, São Lourenço, São Sebastião, Diálogo do P. Pero Dias Mártir entre outros.<sup>198</sup>

Ainda nessa questão podemos concluir que:

A música, que não fazia parte das cerimônias litúrgicas da Companhia de Jesus, se tornou usual a partir do encontro com o outro. De um lado, a alteridade musical nativa incitou padres a cantarem nas aldeias coloniais; de outro, a adaptabilidade jesuítica, como caráter dos membros daquela instituição religiosa, garantiu sua longevidade entre os indígenas da América. A música tornou-se, assim, elemento fundamental da tradução religiosa entre ameríndios e missionários.<sup>199</sup>

Nesse sentido, percebemos que a atuação inaciana em várias frentes, além da catequese e da questão educacional, foi significativa no Espírito Santo, e de uma forma geral em todo Brasil, em questões que inicialmente não faziam parte de sua alçada. Assim, se tornaram importantes agentes não só na parte missionária, mas também temporal. Maria José dos Santos Cunha resume bem como foi o trabalho inaciano na capitania espírito-santense.

<sup>196</sup> CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 152.

<sup>197</sup> BALESTRERO, 1979, p. 24.

<sup>198</sup> BITTENCOURT, 1999, p. 48.

<sup>199</sup> WITTMANN, 2014, p. 04

O seu desempenho como mediadores e interlocutores em momentos críticos, conduzi-os ao exercício dum máximo de funções, missionários, confessores, capelães, intérpretes, linguistas, professores, exploradores, geógrafos, etnólogos, administradores e, pela falta de oficiais na colónia, aprenderam todos os ofícios. Tornaram-se a maior força disciplinar na capitania em aspectos espirituais e temporais: proibiram a poligamia, o concubinato, estimularam casamentos, forçaram os portugueses a voltar aos costumes morais do reino, pela lei auferiam de isenções tributárias que os colocava em vantagem fiscal sobre concorrentes. Pelos investimentos feitos, sobretudo em terras e no comércio, tornaram-se parte do grupo dos que ajudaram a passar o Espírito Santo de simples assentamento de colonos na margem do rio Santa Maria em verdadeira colónia. Foram grandes proprietários de terras, de gado, produtores de açúcar, de produtos hortícolas excedentários para os mercados locais e regionais, produtores e comerciantes de produtos artesanais e senhores de grandes recursos de mão-de-obra. Agregando ao poder espiritual o poder económico reforçaram a sua força e autoridade na capitania.<sup>200</sup>

### 3.2 A aldeia jesuítica como reduto temporal

Quando avaliamos o último catálogo jesuítico do século XVI e nos deparamos com a localização das quatro aldeias da capitania do Espírito Santo, percebemos que elas não estão, geograficamente falando, próximas ao núcleo colonial do período. Em seu trabalho clássico sobre o colégio e as residências jesuíticas no Espírito Santo, José Antônio Carvalho, nos mostra que nem sempre foi assim, ao situar à primeira aldeia fundada na capitania, cujo principal era conhecido como Gato Grande, em Vitória e não na Serra como defende a historiografia tradicional.<sup>201</sup>

Em função de conflitos com os colonos, que desejavam mão de obra barata, esses primeiros habitantes da primeira aldeia jesuítica fundada no Espírito Santo foram se afastando do núcleo populacional colonial, até ficarem em um local confortável, nem tão distante, nem tão próximo.

As outras três aldeias, também tiveram o mesmo destino e nos faz indagar os motivos. Seriam apenas os ataques dos colonos? Ou será que outros propósitos levaram a fundação dessas outras aldeias em locais mais afastados, mas não tão afastados, de certa forma confortáveis?

Usando a ideia de Carvalho sobre o afastamento gradual da aldeia de Gato Grande e depois a fundação das outras três aldeias em regiões com certa igualdade de localização, quando comparadas a distância com Vitória, iremos analisar a aldeia jesuítica como ação política inaciana. Equivalendo a um reduto onde os jesuítas atuavam com amplos poderes,

<sup>200</sup> CUNHA, 2014, p. 272.

<sup>201</sup> CUNHA, 2014, p. 207.

missionário e temporal, sendo dessa forma não muito conveniente estarem localizadas muito próximas às influências administrativas coloniais.

A administração das aldeias foi, durante todo o século XVI, trocada de mãos entre jesuítas e colonos, sendo também confiadas aos índios na atuação de meirinhos. Mas no final do século XVI ocorreu a criação de uma primeira lei que deixava claro essa questão. Segundo ela os jesuítas deveriam ter

[...] o cuidado de fazer descer este gentio do sertao, e o instruir nas coisas da religiao crista, e domesticar, e ensinar, e encaminhar no que convem ao mesmo gentio, assim nas coisas de sua salvacao, como na vivenda comum, e tratamento com os povoadores, e moradores daquelas partes.<sup>202</sup>

Percebe-se que a atuação inaciana, segundo a referida lei, deveria se submeter a um papel duplo ao impor aos índios trazidos do interior as leis civis e cristãs. Ou seja, os aldeamentos tornaram-se espaços de dupla ação dos membros da ordem, religiosa e política, pois ambas pareciam depender-se mutuamente para conseguirem se manter de forma equilibrada.<sup>203</sup> Nessa perspectiva,

[...] os jesuítas ficaram imbuídos de autoridade sobre os índios não apenas no tocante à catequese ('governo espiritual') como também no tocante à organização das aldeias e repartição do trabalho indígena ('governo temporal'). Seu consentimento era necessário, por exemplo, para a retirada dos índios das aldeias pelos colonos.<sup>204</sup>

No tocante a essa situação fica claro que os jesuítas foram postos como administradores, atuando não apenas na conversão e catequese, mas na manutenção e gestão das missões, no recrutamento de mão de obra, na organização dos trabalhos, demarcação de terras e todas as querências oriundas das aldeias. Não é de se estranhar que muitas vezes foram acusados de tomarem o trabalho indígena para si, lucrarem com as aldeias, enfim com situações que estavam fora da curva do sacerdócio.<sup>205</sup>

Mesmo essa lei que dava essas atribuições aos jesuítas ser referente ao final do século XVI, percebemos que na prática os inacianos nunca deixaram de exercê-la, pois tinham total controle de suas aldeias, ao ponto, por exemplo, de se incomodarem com as missões

<sup>202</sup> SANTOS, Fabrício Lyrio. *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia*. Cruz das Almas: UFRB, 2014, p. 59.

<sup>203</sup> FREITAS, Camila Corrêa e Silva. *A missão jesuítica como ação política: aldeamentos, legislação e conflitos na América Portuguesa (séculos XVI-XVII)*. Revista História e Cultura, Franca, v. 3, n. 2, p. 28-42, 2014, p. 33-34.

<sup>204</sup> SANTOS, 2014, p. 04.

<sup>205</sup> FREITAS, 2014, p. 40.

localizadas muito próximas aos núcleos coloniais, pois dessa forma recebiam interferência externa, o que não era almejado.

Percebendo essa relação conflituosa e preocupada com as ações temporais dos inacianos nas aldeias foi criada a figura do Visitador que assumiria a representação do Geral no Brasil, ou seja, o superior da Companhia de Jesus. Ele deveria divulgar, entre os inacianos, as versões mais recentes dos textos legislativos e ao mesmo tempo tentar adequá-los a realidade da região.<sup>206</sup>

Assim, a passagem do Visitador Inácio de Azevedo no Brasil trouxe uma série de restrições, inclusive na capitania do Espírito Santo, o que demonstra a preocupação da alta hierarquia da ordem de coibir, ou pelo menos diminuir, a influência e ação temporal, dos inacianos nas aldeias.<sup>207</sup> Nesse sentido, o Pe. Antônio da Rocha, superior da Casa de Santiago na capitania espírito-santense, diz que Azevedo ordenou ordinariamente aos padres a não fixarem residência entre os gentios nas aldeias, e que só visitassem a partir da vila às vezes que fossem necessárias. Percebe-se uma tentativa de diminuir a atuação dos inacianos residentes em Vitória, principalmente dos línguas, tradutores, que eram afastados por quebras disciplinares e violações ao voto de castidade.<sup>208</sup>

Mas é importante salientar que mesmo atuando de forma temporal nas aldeias, conjuntamente com as ações missionárias, os inacianos foram fundamentais no trato e ligação entre colonos e índios, sendo importantes em vários aspectos como agente pacificador entre as duas pontas que na maioria das vezes se mostravam antagônicas. Sem os índios seria impossível a construção de prédios, fortes, monumentos que hoje se destacam dentro das tradições históricas, culturais e religiosas. No caso do Espírito Santo, que tantas vezes se viu em complicações econômicas e ameaças de ataques de corsários e piratas, além de tribos indígenas inimigas, sem a atuação do índio catequizado e aculturado nas aldeias inacianas, provavelmente, essa região teria definhado e a capitania talvez nunca tivesse deixado de ser um mero agrupamento de colonos misturados a índios e africanos. Portanto, podemos concluir que:

<sup>206</sup> SANTOS, 2014, p. 37.

<sup>207</sup> A figura do Visitador foi criada no contexto do século XVI, quando houve a percepção da ordem inaciana que os jesuítas poderiam estar atrelados a questões de cunho temporal, sobretudo político. Para evitar excessos e promover uma maior fiscalização, o Visitador deveria coibir qualquer ato que não estivesse em consonância com as concepções da Companhia de Jesus, para isso possuía amplos poderes quando atuava nos locais de ação da ordem. Fato esse percebido quando esteve aqui o Pe. Inácio de Azevedo na condição de Visitador, mudando a forma como as visitas dos inacianos deveriam acontecer nas aldeias da capitania espírito-santense.

<sup>208</sup> CUNHA, 2014, p. 226-227.

[...] os jesuítas desempenhavam um papel importante entre os mundos português e indígena e funcionavam como uma ponte a nível religioso, social e político, aceitos e respeitados tanto por um, como por outro, capazes de influenciar a tomada de decisões.<sup>209</sup>

### 3.3 Artes e catequese: José de Anchieta no Espírito Santo

José de Anchieta nasceu em São Cristovam da Laguna, na Ilha de Tenerife, uma das ilhas Canárias, pertencente à Espanha, a 19 de março de 1534, na mesma época que Inácio de Loyola fundava sua ordem religiosa. Veio para o Brasil com o governador geral Duarte da Costa em 1553, acompanhava-o os padres Brás Lourenço, Luiz da Gram, Ambrósio Pires e os irmãos Antonio Blasques, João Gonçalves e Gregório Serrão.<sup>210</sup> Sua vinda se deu em função de problemas de saúde, provavelmente tuberculose óssea, diagnóstico proposto pelo médico e historiador Jayme Santos Neves que utilizou depoimentos contemporâneos de Anchieta para chegar a essa conclusão.<sup>211</sup>

Uma vez estabelecido no Brasil, recebeu ordens sacras na Bahia em 1556, já que quando chegou à América Portuguesa ainda não havia terminado os estudos para entrar definitivamente na ordem. No ano de 1569 tornou-se Provincial na capitania de São Vicente, local onde teve grande atuação na construção do Colégio e no processo de catequização dos indígenas. Nessa região percebeu a importância de conseguir curar doenças entre os indígenas, como forma de convencimento dos ameríndios para aceitarem os jesuítas como sacerdotes que tinham contato com o sagrado e o além, assim como ocorriam com os pajés, fato que provocou grandes conflitos entre indígenas, na tentativa de ambos se desconstruírem como grau de importância no contexto da aldeia.<sup>212</sup>

No Espírito Santo, terminou o Colégio dos jesuítas em 1587, ficando em Vitória de forma definitiva até 1595. Nesse mesmo ano foi para Reritiba com 61 anos de idade, falecendo em 9 de junho de 1597.<sup>213</sup> Sepultado na Igreja de São Tiago seus restos ficaram ali guardados até 1611. Foi transportada boa parte de sua herança para Bahia, por ordem do Padre Geral Cláudio Acquaviva. Nessa mesma época enviaram para Roma um fêmur e alguns outros ossos do taumaturgo. Atualmente ignora-se o paradeiro dos restos mortais de Anchieta,

<sup>209</sup> CUNHA, 2014, p. 213.

<sup>210</sup> BALESTRERO, 1979, p. 47.

<sup>211</sup> BITTENCOURT, 1999, p. 38.

<sup>212</sup> BALESTRERO, 1979, p. 48.

<sup>213</sup> BALESTRERO, 1979, p. 49.

sendo que, depois da expulsão dos jesuítas em 1759, alguns de seus ossos, juntamente com túnicas suas, foram da Bahia para Portugal.<sup>214</sup>

De forma bem resumida essas foram as principais datas que marcaram a vida desse jesuíta que mais tarde seria considerado o Apóstolo do Brasil. Sua fama e seu nome eram muito conhecidos e respeitados durante sua vida e após a sua morte essa devoção só fez aumentar, recebendo homenagens em várias partes do Brasil e do mundo.

Como exemplos desse reconhecimento, em relação à figura de Anchieta, podemos citar: o decreto de Castelo Branco número 55.588 de 1965 que instituiu o 9 de julho como o Dia de Anchieta; o ano de 1980 marcado pela sua beatificação; os 58 verbetes da biografia anchietana escritos em oito línguas diferentes; as 26 pesquisas e artigos escritos até o ano de 1943 sobre o tema Anchietano (Instituto histórico e geográfico do Espírito Santo); na academia espírito-santense de letras é o patrono da cadeira nº 10; dá nome a sede do governo do Espírito Santo<sup>215</sup>; as construções da cidade que leva o seu nome foram tombadas pelo IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como Monumento Nacional, em 1943<sup>216</sup>. Além disso, do mesmo modo como ocorre em Santiago de Compostela, na Espanha; a trilha da Terra Santa, em Jerusalém; e a de Roma, na Itália, a ONG ABAPA, Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta, organiza anualmente, no feriado de Corpus Christie, “Os passos de Anchieta”, que consiste em uma trilha, utilizada pelo jesuíta no período colonial, que percorre um perímetro de 100 km entre Vitória e a cidade de Anchieta num movimento que “[...] sobressai acima da gratificação cultural ou do fervor religioso ou da fruição de cenários atraentes é uma singular experiência de introspecção que na prática constitui a alma de todos os caminhos místicos.”<sup>217</sup>

Percebe-se que José de Anchieta figura entre uma das personalidades mais marcantes do Brasil e do Espírito Santo, fato esse que provoca uma necessidade de se avaliar com mais cuidado as ações desse jesuíta, uma vez que se torna impossível terminar um trabalho de pesquisa sobre a atuação inaciana na capitania espírito-santense e não analisar de forma mais aprofundada o jesuíta que de longe se destacou entre os mais notáveis de toda ordem quinhentista do Brasil.

---

<sup>214</sup> BITTENCOURT, 1999, p. 56

<sup>215</sup> BITTENCOURT, 1999, p. 58-64.

<sup>216</sup> CUNHA, 2014, p. 234.

<sup>217</sup> ABAPA. Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta. Disponível em: <<http://www.abapa.org.br/interna.php?pg=ospassos>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

Como já mencionamos em outras partes desse trabalho, Anchieta teve grande destaque no processo de catequização, sendo considerado o mais competente evangelizador desse período.

[...] foi sem dúvidas o mais competente agente evangelizador das nações índias com quem manteve contato e que enxergava não com olhos de colonizador, mas de civilizador, se entende que seu projeto de ação implica a preservação das culturas nativas, como instrumento de consolidação da empresa colonial portuguesa.<sup>218</sup>

Desde que entrou em contato com a capitania do Espírito Santo, percebeu as potencialidades de se promover a catequese dos gentios. Assim, segundo ele, o Espírito Santo seria “a terra mais acomodada e aparelhada para a conversão, que há em toda a costa, por haver ainda muito gentio e não tão escandalizado dos portugueses.”<sup>219</sup> Assim, fundou Reritiba em 1565, dando início a povoação que formou uma das grandes aldeias da costa, concentrando cerca de seis mil índios das diversas tribos que compunham a região, sendo que até 1597, ano do seu falecimento, evangelizou cerca de doze mil pessoas com sua ação missionária.<sup>220</sup>

Mas embora Anchieta tenha se destacado como grande evangelizador, percebemos nele uma característica inerente aos membros da ordem inaciana: sua capacidade de se adaptar frente às várias singularidades que encontrou no seu processo de ação missionária. Como já foi analisado nesse trabalho, essa adaptabilidade jesuíta era aceita nas Constituições e tinham sua base nos Exercícios Espirituais de Loyola que promoviam, de forma particular, uma ação reflexiva e contemplativa dos melhores caminhos para se escolher, no sentido de manter uma postura apregoada aos dogmas católicos cristãos.

Nesse sentido, Anchieta produziu seus escritos de caráter literário, etnográfico, naturalístico e moral, versando sobre vários assuntos, particularmente entre os anos de 1587 e 1597<sup>221</sup>, que provocaram uma maior ligação da população da capitania do Espírito Santo com o sagrado, podendo ser considerado um dos grandes intelectuais do período, desvendando em parte a mentalidade ameríndia.<sup>222</sup> Essa sua capacidade intelectual já era observada desde criança. Sendo enviado para Coimbra aos 14 anos, onde aprendeu rudimentos de latim e alguma noção de lógica, português, sendo considerado um dos melhores de sua classe, completando sua formação no Brasil. Adquiriu perfeita suficiência em moral e teologia

<sup>218</sup> BITTENCOURT, 1999, p. 33.

<sup>219</sup> BITTENCOURT, 1999, p. 29.

<sup>220</sup> BITTENCOURT, 1999, p. 28-29.

<sup>221</sup> CUNHA, 2014, p. 20.

<sup>222</sup> BITTENCOURT, 1999, p. 14.

especulativa, além de dominar a língua tupi e desenvolver uma gramática para facilitar o entendimento e pregação de seus irmãos da ordem jesuítica.<sup>223</sup>

Nota-se que a obra anchietana o colocou como um dos grandes jesuítas na literatura do século XVI<sup>224</sup>, literatura essa que tinha por objetivo facilitar a conversão, ou trazer uma maior aproximação da população com concepções da doutrina católica. Percebemos essa predisposição no poema latino *De beata Virgine Dei Matre Maria*, no poema épico *De gestis Mendi de Saa*,<sup>225</sup> ou na introdução do teatro no Espírito Santo, uma vez que foi Anchieta o primeiro a fazer teatro na capitania, promovendo a propagação do catolicismo através da arte.<sup>226</sup> Em 22 de novembro de 1586, foi representada em Vitória, no colégio São Tiago, a peça de sua autoria denominada “Auto de São Maurício.”<sup>227</sup>

Assim, a obra de Anchieta não se refere apenas ao processo de catequização e educação, embora essas premissas fossem as bases da ação missionária inaciana no Brasil. Mas como vimos, ela esteve apregoada em várias atividades que iam muito além do processo de catequese. Portanto, Anchieta atuou na questão literária com seus escritos desenvolvidos através de poemas ou peças teatrais, atuou na busca de conhecimento da medicina alternativa e suas cartas podem ser consideradas como um verdadeiro epistolário sobre uma série de assuntos. Esteve envolvido, na capitania do Espírito Santo, no término do Colégio, na construção de fortes, Santa Casa, inauguração de aldeia, descimento de índios, mediador de conflitos, como foi o caso de Coutinho filho com a população local. A ação anchietana resume bem quem eram os inacianos no Brasil e na capitania espírito-santense. Suas atuações eram plurais, não sendo possível falar de religião e esfera pública sem mencionar os pioneiros dessas ações no Brasil e, em contrapartida, no Espírito Santo, uma vez que a esfera público-política e a atuação inaciana mesclavam-se praticamente a todo momento.

Para referendar essa atuação jesuítica público-política, vamos utilizar uma carta escrita por Anchieta, quando estava no Espírito Santo, que demonstra como a ação inaciana extrapolava várias barreiras no que tange a ação missionária.

Ao capitão Miguel de Azevedo, meu Senhor em Cristo, na Capitania do Espírito Santo. *Intus Vero*.

Este barco vai direto ao Rio de Janeiro e assim esta vai á ventura, se ele lá arribar à nossa terra, e será breve e quão extensa eu puder com poucas palavras. Chegamos a

<sup>223</sup> BITTENCOURT, 1999, p. 31-32.

<sup>224</sup> A produção literária de Anchieta é vasta e é utilizada como material de pesquisa em diversos trabalhos. Embora consideramos de grande importância sua laboração em assuntos literários, não iremos nos aprofundar nesse tema, pois acreditamos que fugiria em demasia do objeto da pesquisa.

<sup>225</sup> BITTENCOURT, 1999, p. 34.

<sup>226</sup> BITTENCOURT, 1999, p. 44.

<sup>227</sup> BALESTRERO, 1979, p. 48.

esta Bahia com boa viagem em oito dias. Logo a seguir entraram dez ou doze ou mais naus do Reino, mas nem por isso deixaram de valer as cousas o seu peso em dinheiro: a pipa de vinho a 24\$, e daí a pouco aumentou tanto que agora nem a quarenta mil se acha e neste Colégio bebem água, e assim vão as mais mercadorias. Boa é lá a nossa terra, mas não o conhecemos.

Esperamos alguns dias pelo padre João Pereira, mas como tardou fez-se a congregação, e foi eleito Procurador para Roma o padre Afonseca por maioria de votos. Depois de sua eleição até agora, nem ele nem eu temos vida: ele com escrever e outros negócios, e eu com escrever para o que os dias me não bastam, nem descansei até que ele se não embarque, digo se embarque. Contudo, furti ou furtamos ele e eu alguns tempos para negociar com o Senhor Governador algumas cousas dessa Capitania, com favor do padre Fernão Cardim, Reitor e seu confessor. Mas é o vagar nisto imenso etc.

Temos negociado duas provisões. Uma, que não vão ao sertão sem primeiro VV. EE. Fazerem aqui saber, a qual ele passou de boa vontade e com zelo de não se deixar a terra sem gente em tempo que se esperam ingleses, etc. Outra, é confirmação do largo da senhora dona Luíza e vossa mercê com ela, que não foi pouco tirar-lha das mãos, porque se lhe ofereciam a ele muitas razões para duvidar e na verdade todos os letrados, que estimam muito isto, nos aconselharam que as ouvíssemos, porque se ele quiser pode nisso fazer o que quiser sem fazer injustiça contra ninguém, segundo ele dizem, por provisões novas que tem de El-Rei para isso e para dar as serventias dos ofícios, etc. E já ele oferecia o ofício de adjunto a N. dos Ilhéus como a cunhado (sic), mas ele foi tão bom que não quis aceitar.

(...) Para Marcos de Azevedo negociamos outra sobre o caso do Rocha: já está passada. Neste negócio interveio Manuel de Freitas e Ambrósio Peixoto e eu; e foi o caso que o Rocha era favorecido do Mestre da Capela e lhe dava de comer, disse-nos isto Manuel de Freitas. Com isto Ambrósio Peixoto rogou ao Mestre da Capela que houvesse dele o perdão, isto é, não falar no caso. Eu apertei tanto como o Mestre da Capela que o não deixei descansar até que houve dele o necessário, e, ainda que ele lhe tinha prometido que faria disso termo por escrito, depois tornou atrás dizendo que somente de palavra o diria diante do senhor Governador o qual me disse que o fizesse logo, como fez, e sobre isto passou a provisão para Marcos de Azevedo não ser mais molestado sobre o caso, pois Rocha não queria dele nada. A qual provisão tinha eu cá feita como o Padre Afonseca para ele assinar, e, indo a mostrar a Peixoto para ver se estava boa, me mostrou ele outra que tinha já aviada, assinada e selada. De maneira que não faltaram cá servidores ao senhor Marcos de Azevedo.<sup>228</sup>

Percebemos na carta a atenção de Anchieta a várias demandas, o que faz supor que sua ação na capitania espírito-santense era complexa, se expandia de formas múltiplas e atuava sobre os vários círculos sociais, dando conta de questões econômicas, como no caso da chegada de naus do Reino e suas consequências, passando pela eleição do padre Luiz da Fonseca, o atentado contra o inquisidor, bem como a saída de dona Luíza Grinalda, viúva de Vasco Fernandes Coutinho filho, que deixaria a capitania para se alojar em um convento do Reino.<sup>229</sup>

Há de se notar que a carta foi endereçada a Miguel de Azevedo que exerceu o governo da capitania como adjunto de dona Luíza Grinalda. Isso nos faz perceber a boa relação que os inicianos tentavam adquirir com as autoridades locais, relação essa que lembra

<sup>228</sup> CARTA de Anchieta ao Capitão Miguel de Azevedo, da Bahia, datada de 1º de dezembro de 1592 apud BITTENCOURT, 1999, p. 71-73.

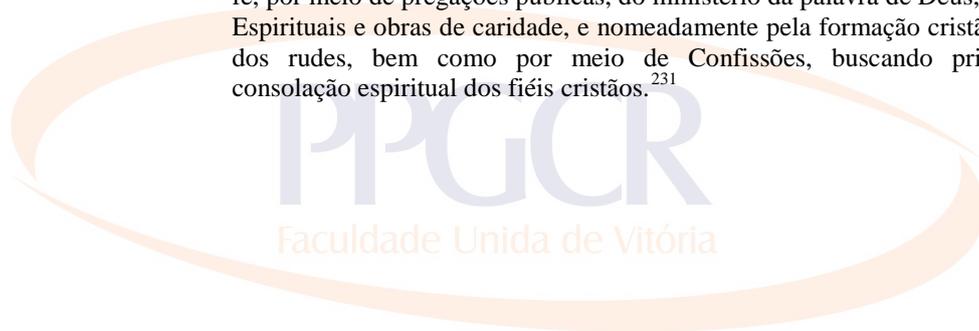
<sup>229</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 109-113.

as instruções de Loyola aos companheiros Broët e Salmeron que estavam indo para uma missão na Irlanda.

No trato com as pessoas e sobretudo com os iguais ou inferiores, segundo sua dignidade, falai pouco, ouvi muito e de bom grado. Que as saudações e as despedidas sejam alegres e corteses. Se falardes com homens influentes, considerai antes de mais nada, para conquistar sua afeição e chamá-los às vossas redes para o maior serviço de Deus, seu caráter, e a ele adequai o vosso.<sup>230</sup>

O teor dessas instruções escritas pelo fundador da ordem inaciana nos faz entender de forma mais cabal o progresso que a Companhia de Jesus conseguiu alcançar nas várias partes do mundo onde sua ação foi solicitada. Em poucas linhas Loyola deixa claro o segredo do poder dos jesuítas, suas destrezas sociais para alcançar os objetivos aos quais consideravam primordiais como o:

[...] aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristãs, e para a propagação da fé, por meio de pregações públicas, do ministério da palavra de Deus, dos Exercícios Espirituais e obras de caridade, e nomeadamente pela formação cristã das crianças e dos rudes, bem como por meio de Confissões, buscando principalmente a consolação espiritual dos fiéis cristãos.<sup>231</sup>



<sup>230</sup> LACOUTURE, 1994, p. 111.

<sup>231</sup> CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 29.

## CONCLUSÃO

Quando pensamos em religião e esfera pública é mister apontar para a Companhia de Jesus. Essa ordem religiosa, pioneira no Brasil colonial, foi organizada com o objetivo de atuar na conversão de povos pagãos em todo o globo, ou onde a Igreja, através do Papa, determinasse suas ações. Lançaram-se ao mundo, portanto, em um processo missionário que negava o enclausuramento monástico, e que adotava a fidelidade aos seus superiores como uma das maneiras de manter a ordem coesa em seus princípios e propósitos missionários.

Chegaram ao Brasil com a perspectiva de conversão do gentio através da pregação e da oratória e da construção de colégios para dar suporte à educação cristã baseada nos dogmas considerados corretos pela Igreja Católica. De imediato foram percebendo as dificuldades que o projeto encontraria, seja em razão da não aceitação dos gentios, principalmente em função de suas tradições culturais baseadas no nomadismo, poligamia e antropofagia, seja em função dos problemas enfrentados com os colonos, que muitas vezes atacavam os índios em processo de catequização, acabando rapidamente com as relações amistosas que os jesuítas a duras penas conseguiam manter.

Diante de todas essas dificuldades começaram a corroborar a forma singular de atuação dos inicianos perante as situações controversas. Baseados nos Exercícios Espirituais de Loyola e nas Constituições e Normas Complementares Jesuíticas, os inicianos iniciaram um processo de adaptação frente às singularidades encontradas no Brasil. Reinterpretando conceitos até então estabelecidos, eles remodelaram o processo de conversão através do uso da força e do medo perante os gentios, atrelando aos colonos papel fundamental no processo de catequização. Isso se dava por meio da implementação da guerra justa sobre os nativos que não aceitassem a subordinação e redução em aldeias controladas e mantidas pelos jesuítas.

A adaptabilidade em situações inusitadas bem como a liberdade metodológica que as Constituições e os Exercícios Espirituais davam aos religiosos para atuarem, resultou em certa maneira de agir e pensar que teve grande repercussão em vários aspectos da sociedade quinhentista. Dessa forma, este trabalho buscou elucidar como ocorreu essa nova maneira de proceder jesuítica que mesclava a todo momento a ação missionária com a temporal. Isso extrapolava, muitas vezes, as questões de cunho religioso, permitindo, assim, atrelar a assuntos que teoricamente não deveriam fazer parte de sua alçada.

Para essa elucidação, foram observadas as ações desses religiosos no Espírito Santo do século XVI, e concluiu-se que suas ramificações de influência e poder atingiram a capitania nos seus círculos sociais, econômicos, culturais, religiosos e políticos.

Através da análise de fontes primárias e secundárias de autores e estudiosos de vários segmentos, foram apontadas as ações inacianas na capitania, mas não com o propósito de organizar os acontecimentos de forma cronológica e sistemática na simples narrativa histórica tradicional de fatos. O objetivo foi de fundamentar as condutas inacianas, investigando até onde estavam coerentes com seus propósitos, e quando não estavam identificar o porquê, as causas e suas implicações para a sociedade.

Podemos afirmar, portanto, que os jesuítas eram múltiplos, uma vez que suas realizações temporais foram constantes, e no decurso do trabalho elas foram destacadas sempre que possível. De forma direta e indireta acabaram criando ramificações de sua influência em muitos setores, como, no campo político em que “[...] se transformaram, a partir de 1546, numa das forças ‘políticas’ mais atuantes.”<sup>232</sup>

No Espírito Santo realizou-se a análise do processo de instalação dos inacianos em Vitória, através da construção da Igreja e Colégio de Santiago. A partir daí, atuaram com o donatário Coutinho no processo de convecimento e aconselhamento para trazerem os índios de Gato Grande, ameaçados no Rio de Janeiro, e fundação de sua primeira aldeia. Começaram a inaugurar uma série de missões e quando essas representavam perigos em função das doenças, por exemplo, atuaram como médicos, sangrando e produzindo remédios, ou, no caso de problemas com os habitantes, intermediando conflitos com os colonos.

Nesse processo de atuação são de sua alçada também a construção de fortes, organização de índios para o combate contra o invasor, influência entre as autoridades coloniais auxiliando na nomeação de pessoas próximas para a execução de poderes políticos-administrativos na colônia, mediadores de conflitos entre donatários e a população local, desenvolvimento de textos literários, peças de teatro, escritos sobre doenças, moral, etnias indígenas, gramática tupi, fórmulas de remédios, criação de confrarias para apaziguar os ânimos entre os colonos e mantê-los mais próximos das doutrinas católicas, influência na legislação, como no caso da capitania onde foi proibido o jogo que provocava muitas rugas entre os habitantes, dentre outras ações.

Dessa forma, a dinâmica jesuítica pode ser concebida como missionária e temporal, talvez por que uma não seria possível sem a outra, essas ações se completavam, em uma época em que a ação governamental e a presença de autoridades eram de todo escassa. Essa percepção do jesuíta como agente religioso, mas que também exercia influência nas questões temporais merece mais pesquisas e estudos. É um assunto que está longe de poder ser

---

<sup>232</sup> BUENO, 2003, p. 50.

considerado já debatido e encerrado, uma vez que novas interpretações sobre as cartas inacianas se fazem necessárias, novos olhares devem ser lançados sobre essa fonte tão rica, que parece conter segredos em suas entrelinhas sobre o imaginário jesuítico.

Em se tratando do Espírito Santo, a pesquisa buscou elucidar um período em que faltam materiais de análise e onde os estudos ainda são escassos se comparadas a outras capitanias, mas diante da proposta temática, percebeu-se o grande leque de atuação inaciana, sendo esses os pioneiros na capitania espírito-santense de praticamente tudo o que se possa relacionar entre religião, sociedade, cultura e atuação política.



## REFERÊNCIAS

- ALVARÁ de doação da Ilha de Santo Antônio (1537). In: OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.
- ARNAUT, César; RUCKSTADTER, Flávio Massami. *Estrutura e organização das Constituições dos jesuítas (1539-1540)*. Acta Scientiarum, Maringá, v. 24, n. 1, 2005.
- ASSUNÇÃO, Paulo. *Negócios Jesuíticos: O cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- AUTO de Mem de Sá (1560). In: OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.
- BALESTRERO, Heribaldo Lopes. *A obra dos jesuítas no Espírito Santo*. Viana: s/e, 1979.
- BITTENCOURT, Gabriel. *Anchieta e a obra jesuítica no Espírito Santo*. Vitória: Edit, 1999.
- BRÁS, Afonso. Carta aos padres e irmãos de Coimbra (1551). In: LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros Jesuítas do Brasil: 1538 – 1553*. São Paulo, 1954.
- BRODRICK, James. *Origines et Expansion des jésuites*. Paris: Éditions Spelt, 1950 In: LACOUTURE, Jean. *Os Jesuítas: 1. Os Conquistadores*. Porto Alegre: L&PM, 1994.
- BULA *Sublimus Dei*. 1537. Disponível em: <<http://listserv.american.edu/catholic/church/papal/boniface/paul3.slavery.html>>. Acesso: 15 jul. 2016.
- BULA *Veritas Ipsa*. 1537. Disponível em: <[http://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/veritas\\_ipsa/](http://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/veritas_ipsa/)>. Acesso: 10 jul. 2016.
- CABRAL, P. Luiz Gonzaga S. J. *Jesuítas no Brasil – Século XVI*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1925.
- CALAINHO, Daniela Buono. *Jesuítas e Medicina no Brasil*. Tempo, Rio de Janeiro, n. 19, 2005.
- CARTA de Anchieta para o padre Cláudio Aquaviva. In: Freire, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*. 2.ed. Vitória: Flor & Cultura, 2006.
- CARTA de Manuel da Nóbrega para o cardeal D. Henrique (1560). In: FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*. 2. ed. Vitória: Flor & Cultura, 2006.

CARTA do P. José de Anchieta ao general Diogo Lainez. In: EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

CARTA do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres (1558). In: EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

CARVALHO, José Antônio. *O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

CONDE, Bruno Santos. *Depois dos Jesuítas: a economia colonial do Espírito Santo (1750-1800)*. 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo. 2009.

CONSTITUIÇÕES *da Companhia de Jesus e normas complementares*. São Paulo: Editora Loyola. 2004.

COSTA, Lúcio. Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Carvalho, Rio de Janeiro, V, 1941. In: CARVALHO, José Antônio. *O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

CUNHA, Maria José dos Santos. *Os jesuítas no Espírito Santo 1549 – 1759: contactos, confrontos e encontros*. 2014. 331 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Évora, Évora, 2014.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo – sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Typ. Do Espírito Santense, 1879. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

FARR. Understanding Conceptual Change Politically. In: BALL, FARR, HANSON. (Ed.). Political innovation and Conceptual Change. In: EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*. 2. ed. Vitória: Flor & Cultura, 2006.

FREITAS, Camila Corrêa e Silva. *A missão jesuítica como ação política: aldeamentos, legislação e conflitos na América Portuguesa (séculos XVI-XVII)*. Revista História e Cultura, Franca, v. 3, n. 2, 2014.

HUE, Sheila Moura (org.). *Primeiras cartas do Brasil (1551-1555)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

LACOUTURE, Jean. *Os Jesuítas: I. Os Conquistadores*. Porto Alegre: L&PM, 1994.

LEITE, Serafim. (org.). *Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940.

\_\_\_\_\_, Serafim. *Cartas dos primeiros Jesuítas do Brasil: 1538 – 1553*. São Paulo, 1954.

\_\_\_\_\_, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 1 vol.

LOYOLA, Inácio de. *Exercícios espirituais*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

\_\_\_\_\_, Inácio de. *O relato do peregrino: autobiografia*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NAVARRO, Azpilcueta e outros. *Cartas Avulsas – 1550-1568*. Vol. 2. Belo Horizonte, Itatiaia. 1988.

NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil, 1549-1560 – Cartas Jesuíticas I*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp. 1988.

\_\_\_\_\_, Manuel da. Diálogo sobre a conversão do gentio (1556-1557). In: EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_, Manuel da. O Plano Civilizador. In: EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

REGIMENTO passado a Tomé de Sousa. 1548. Disponível em: <<http://lemad.fflch.usp.br>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

RUBIM, Brás da Costa. *Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo*, in RIHGB, XXV. apud OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Estruturas Eclesiásticas e Acção Religiosa. In: BETHENCOURT, F. Curto, D. R. (Org.). *A expansão marítima portuguesa*. Portugal: Edições 70, 2010.

SABEH, Luiz Antônio. *Colonização Salvícola: os jesuítas e a coroa portuguesa na construção do Brasil (1549-1580)*. 2009. 155 f. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

SALETTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização no Espírito Santo*. 2. Ed. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.

SALVADOR, Vicente do. História do Brasil. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, s/ data. apud OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

SANTOS, Fabrício Lyrio. *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia*. Cruz das Almas: UFRB, 2014.

SESMARIA do colégio de Santiago na capitania do Espírito Santo (1552). In: LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros Jesuítas do Brasil: 1538 – 1553*. São Paulo, 1954.

VILLALTA, Luiz Carlos. *A Educação na Colônia e os Jesuítas: discutindo alguns mitos*. In: PRADO, Maria Lígia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves. (Org.). *À Margem dos 500 Anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: Edusp, 2002.

WITTMANN, Luísa Tombini. *Adaptabilidade jesuítica e tradução cultural nas aldeias da América Portuguesa*. Revista História e Cultura, Franca, v. 3, n. 2, 2014.

